



ANO 7 - NÚMERO 90 - ABR 2022

# xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 15

Foto: Mariana Leal/Instituto Vladimir Herzog

## POVO XAVANTE DE MARAIWATSÉDÉ: SEIS DÉCADAS EM LUTA CONTRA O DESMONTE DE SEU TERRITÓRIO

p. 08

### CONSCIÊNCIA NEGRA

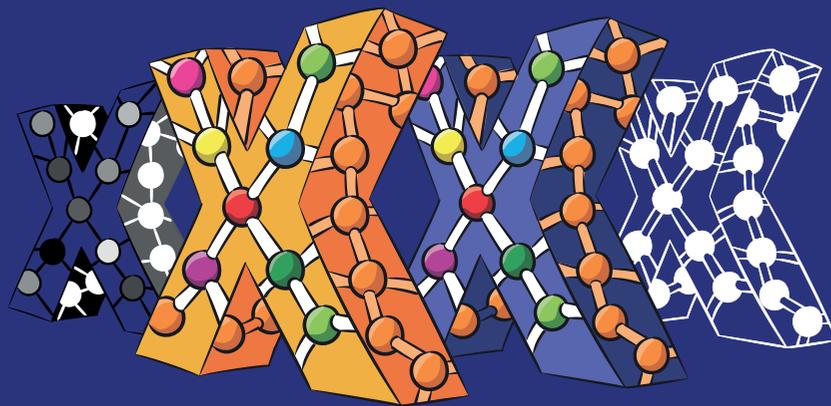
Regina Sousa: uma mulher negra no governo do Piauí  
p. 18

### ECOLOGIA

Dia da Terra  
p. 39

### RESISTÊNCIA INDÍGENA

O reverso da medalha: flores no velório dos índios  
p. 42



MOVIMENTO EM DEFESA DA CAIXA PÚBLICA,  
DOS BANCÁRIOS E DO BRASIL.

---

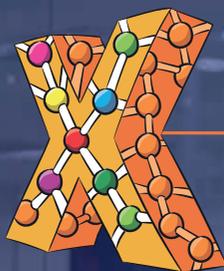
Caixa Social  
é Caixa Pública.  
Social é ser  
Pública



Os empregados e empregadas são a força motriz que protege a Caixa e permite que ela alcance todos os cantos do país. São mais de 84 mil pessoas, que seguem atuando para garantir a efetividade das políticas públicas de educação, saneamento, agricultura, moradia e sustentabilidade.

Mas, o banco público está sob ameaça de privatização e essa força precisa do apoio dos 211 milhões de brasileiros e brasileiras. Por isso, os bancários e bancárias da Caixa estão fazendo um chamamento público e pretendem envolver toda a sociedade para defender a Caixa pública e reforçar a importância do banco para todos e todas.

## **Junte-se ao movimento em defesa da Caixa!**



MOVIMENTO EM DEFESA DA CAIXA PÚBLICA,  
DOS BANCÁRIOS E DO BRASIL.

Caixa Social é Caixa Pública.  
Social é ser Pública



**Saiba mais**

[oelementox.org.br](http://oelementox.org.br)

“ Quanto é que vai ganhar o leiloeiro  
que também é brasileiro e em três  
lotes vendeu o Brasil inteiro? ”  
Noel Rosa, em *Quem dá mais?* - 1932.

## COLABORADORES/AS - ABRIL

Altair Sales Barbosa - Arqueólogo. Ana Paula Sabino - Jornalista. Eduardo Galeano - Escritor (*in memoriam*). Emir Bocchino - Designer Gráfico. Emir Sader - Jornalista. Gilney Viana - Ambientalista. Iêda Leal de Souza - Professora. Iêda Vilas-Bôas - Escritora (*in memoriam*). Janaina Faustino - Gestora ambiental. José Ribamar Bessa Freire - Professor. Keka Werneck - Jornalista. Kleyton Moraes - Dirigente Sindical. Leonardo Boff - Ecoteólogo. Lúcia Resende - Professora. Manoel de Barros - Poeta (*in memoriam*). Manuela Carneiro da Cunha - Antropóloga. Mauro Almeida - Antropólogo. Samuel Leão - Cineasta. Zezé Weiss - Jornalista.

## CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk - Jornalista (*in memoriam*).

Zezé Weiss - Jornalista. Ailton Krenak - Escritor. Altair Sales Barbosa - Arqueólogo. Ana Paula Sabino - Jornalista. Andréa Luisa Teixeira - Professora. Andrea Matos - Sindicalista. Ângela Mendes - Ambientalista. Antenor Pinheiro - Jornalista. Binho Marques - Professor. Cleiton Silva - Sindicalista. Elson Martins - Jornalista. Emir Sader - Sociólogo. Gomercindo Rodrigues - Advogado. Graça Fleury - Socióloga. Hamilton Pereira da Silva (Pedro Terra) - Poeta. Iêda Leal - Educadora. Iêda Vilas-Bôas - Escritora (*in memoriam*). Iolanda Rocha - Professora. Jacy Afonso - Sindicalista. Jair Pedro Ferreira - Sindicalista. José Ribamar Bessa Freire - Escritor. Júlia Feitoza Dias - Historiadora. Kleyton Moraes - Sindicalista. Kretã Kaingang - Líder Indígena. Lucélia Santos - Atriz. Lúcia Resende - Revisora. Maria Maia - Cineasta. Rosilene Corrêa Lima - Jornalista. Samuel Pinheiro Guimarães Neto - Diplomata. Trajano Jardim - Jornalista.



## CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana - Sindicalista. Eduardo Pereira - Produtor Cultural. Janaina Faustino - Gestora Ambiental. Joseph Weiss - Economista.

**C**hegamos à X90 em um mês com duas datas marcantes: o Abril Indígena, em Brasília, e o Dia da Terra, no mundo inteiro.

Neste mês da Terra e dos Povos Originários, optamos por trazer, como matéria de capa, texto da Ana Paula Sabino, o histórico do conflito fundiário de *Marãiwatsédé*, onde o povo Xavante luta, há mais de seis décadas, contra as invasões de não indígenas, que desmontam seu território.

Para o Dia da Terra, incluímos nesta edição os Princípios da Carta da Terra, construída pela ONU com as sociedades e nações do mundo como um guia ético para nos orientar na defesa do Planeta Terra, nossa única morada no Universo. E entrou também o textinho curto "Dia da Terra", do brilhante escritor latino-americano, Eduardo Galeano.

O resto é o de sempre, imensa gratidão a cada qual de nossos parceiros e parceiras que colaborou, de uma forma ou de outra, para chegarmos às nossas 90 edições mensais ininterruptas, para produzir sempre uma edição bonita e plural que seja, mais do que uma revista, um espaço de resistência.

Por aqui, seguimos no esperançar engajado de quem sabe que 2003 é logo ali e que dias melhores virão!

Bom Proveito!



**Zezé Weiss** – Editora

**Jaime Sautchuk** – Editor (*in memoriam*)

## EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.





# Mensagens pra Xapuri

**contato@xapuri.info**

*Viva o SUS! Parabéns pela loja solidária, incrível!*

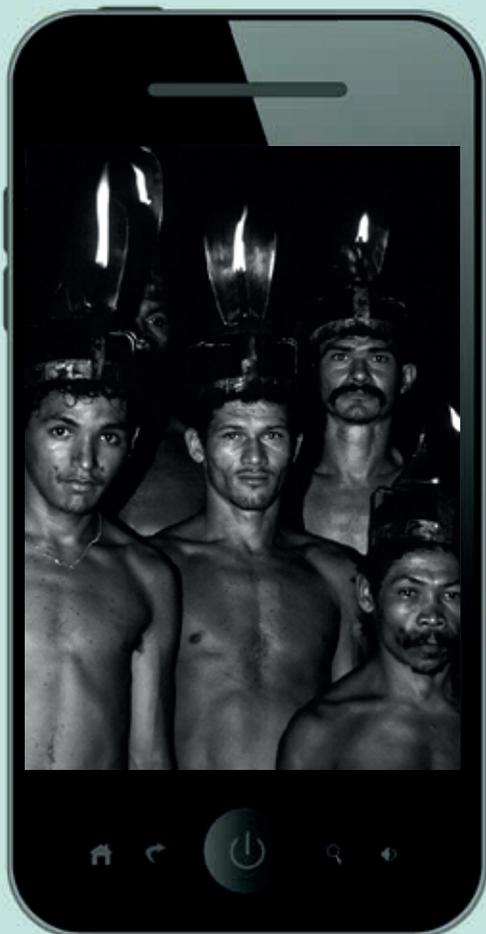
**José Carlos Macedo – Saquarema – RJ**

*Recebi a camiseta do Lula. Estou muito contente. Obrigada!*

**Máisa Augusta – Goiânia – GO**

*Sou professora da CAP-UERJ, Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Estava procurando calendários indígenas e a pesquisa me trouxe até a Xapuri Socioambiental. Vou trabalhar o calendário [que vocês publicaram] com meus alunos.*

**Monica Lins – Rio de Janeiro – RJ**



## Revista Xapuri

## Imagem do mês

@revistaxapuri

@etudofotografia

Marque suas melhores fotos do  
Instagram com a hashtag

## #revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

# Xapuri 90

**SOCIOAMBIENTAL** **ABR 22**

- 08 CAPA**  
Povo Xavante de Marãiwatsédé:  
seis décadas em luta contra o  
desmonte de seu território
- 15 BIODIVERSIDADE**  
Jabutí, perereca, sabiá,  
tamanduá: resistência tupi em  
nomes de animais brasileiros
- 18 CONSCIÊNCIA NEGRA**  
Regina Sousa: uma mulher  
negra no governo do Piauí
- 20 CONJUNTURA**  
Um outro fim do mundo é possível
- 22 ANTROPOLOGIA**  
Gu-ê-Crig e os mensageiros  
de Jurupari
- 25 LITERATURA**  
Um rio desbocado

**Xapuri** - Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

**Boas-Vindas!**

- 28 GASTRONOMIA**  
Arroz de hauçá
- 29 MEIO AMBIENTE**  
As escatologias contemporâneas:  
guerra nuclear, pandemia, extinção  
das espécies e mudanças do clima
- 32 AMAZÔNIA**  
Um calendário Ashaninka
- 36 POLÍTICA**  
Agronegócio insiste em tirar  
Mato Grosso da Amazônia Legal
- 39 ECOLOGIA**  
Dia da Terra
- 42 RESISTÊNCIA INDÍGENA**  
O reverso da medalha:  
flores no velório dos índios
- 45 MITOS E LENDAS**  
Pacha Mama: a Mãe Terra  
da cultura andina
- 46 SUSTENTABILIDADE**  
Ubuntu: uma saída da barbárie
- 48 UNIVERSO FEMININO**  
De Paraguaçu e Caramuru  
à necessária decolonização

# POVO XAVANTE DE MARAIWATSÉDÉ: SEIS DÉCADAS EM LUTA CONTRA O DESMONTE DE SEU TERRITÓRIO

— Ana Paula Sabino e Samuel Leão



***Xavante, quando perde  
a paciência, perde o juízo.***

Cacique Damião Paridzané



**E**m março de 2022, o cacique Damião Paridzané, um dos principais líderes do povo Xavante na luta para a reconquista da Terra Indígena de Marãiwatsédé, ganhou o holofote da mídia nacional, suspeito de receber dinheiro pelo arrendamento de áreas indígenas do território Xavante para o agronegócio no estado de Mato Grosso.

Investigado pela polícia federal, Damião é acusado de receber R\$ 900 mil por mês para autorizar os barões do agronegócio a operar na área indígena.

“O que aconteceu comigo é uma covardia, procurei a Funai e o MPF também, eles não querem dialogar. Estou velho e fraco, está difícil pra mim”, declarou o cacique Damião aos meios de comunicação, em um momento de muita dor e recolhimento pelo que está vivendo.

Independente dos desdobramentos do caso, esta matéria de capa da edição 90 da Revista Xapuri optou por fazer um histórico do conflito agrário entre indígenas e não indígenas na região de Marãiwatsédé, tomada dos indígenas para a implantação da Fazenda Suiá-Missu, o maior latifúndio do Brasil, na década de 1960.

Retomada pelo povo Xavante no ano de 2004, e em 2012 através de um processo de extrusão ordenado pela justiça e executado pela então presidenta Dilma Rousseff, a Terra Indígena Marãiwatsédé encontra-se, desde sempre, sob pressão do agronegócio, agora sob o desamparo da Fundação Nacional do Índio (Funai) que, segundo os indígenas, abdicou de seu dever constitucional de proteger os povos originários, para servir de balcão de negócios em defesa dos interesses da agricultura e da pecuária.

“O arrendamento ilegal ocorre e é mediado pela própria Funai” dizem as lideranças indígenas locais. São os próprios dirigentes regionais da Funai que, segundo os indígenas, organizam a cobrança dos arrendatários e se responsabilizam por “conferir as marcas de gado, definir

local para o curral e medir os pastos”. Uma tabela fotografada pela Polícia Federal, pendurada numa parede da coordenação do órgão indigenista, corrobora a informação das lideranças indígenas.

## O POVO XAVANTE

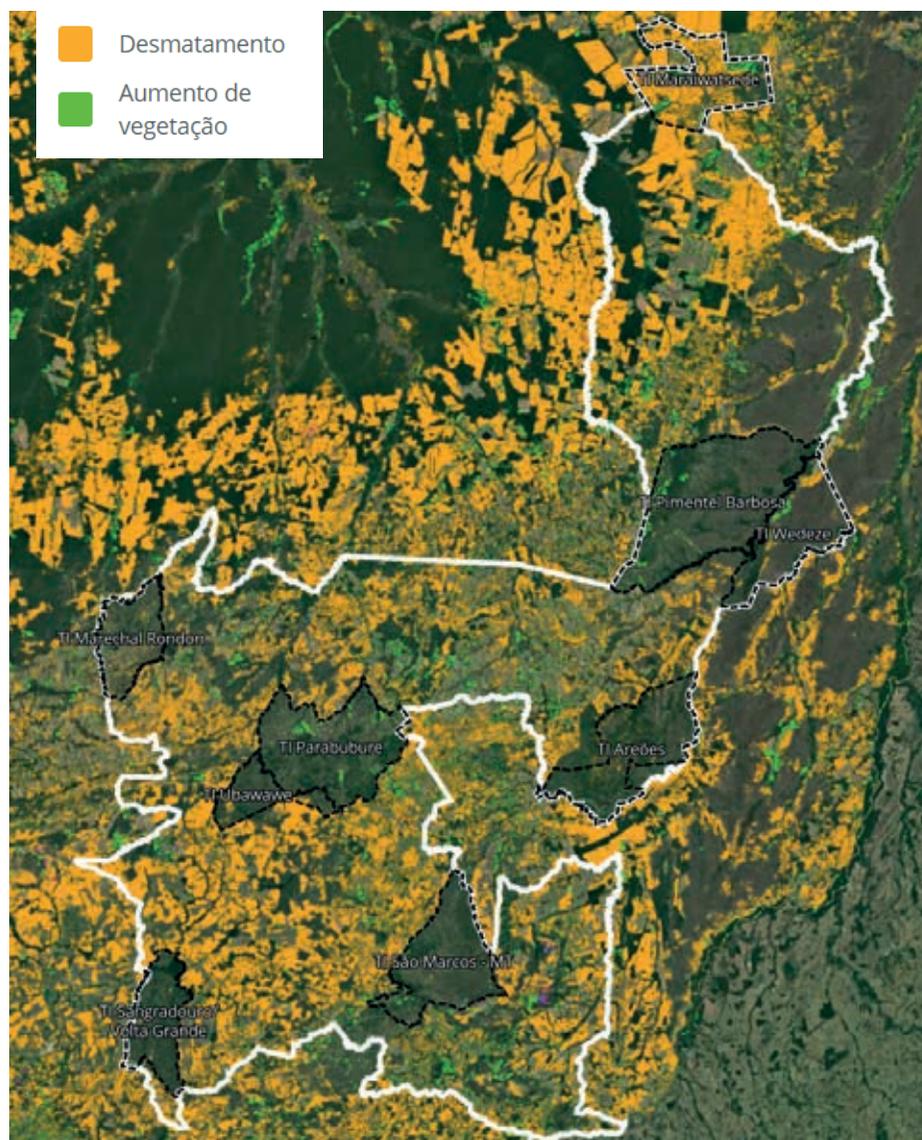
Os A’uwê Uptabi (povo verdadeiro), que é como se autodenomina o povo por nós conhecido como Xavante, o maior povo indígena do Centro-Oeste, hoje com cerca de 23 mil pessoas, segundo o IBGE, é originário de áreas do antigo estado de Goiás, agora localizadas no estado do Tocantins.

No princípio, diz a história, os Xavante conviviam com o povo Xerente, vindo das terras secas do Nordeste em busca das águas fartas da região, na margem leste do rio Araguaia, na região onde

hoje se encontra o município de Tocantínia, distante apenas 70 km de Palmas, a capital do Tocantins.

Em algum momento, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, os Xavante se apartaram dos Xerente, que continuam em Tocantínia, atravessaram o rio Araguaia e tomaram o rumo da região da Serra do Roncador, onde se estabeleceram em terras geograficamente pertencentes ao estado de Mato Grosso.

O contato com o branco vem de longa data, provavelmente desde o início da travessia dos A’uwê Uptabi rumo ao lado oeste do país. Os primeiros registros de contato encontram-se associados ao aldeamento conhecido por Carretão, localizado entre os municípios goianos de Rubiataba e Nova América, onde o Estado brasileiro confinou grupos de várias etnias



indígenas, dentre elas os Xavante, Xerente, Javaé e os Karajá, no último quarto do século XVIII.

Os Xavante se tornaram nacionalmente conhecidos – e famosos – no final da década de 1940, durante a “Marcha para o Oeste”, promovida pelo Estado Novo de Getúlio Vargas (1937–1946), para franquear as áreas centrais do país para a expansão capitalista. Em 1946, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) anunciou a “pacificação dos Xavante”, contestada pelos Xavante. Segundo os A’uwê Uptabi, o SPI “pacificou” apenas um pequeno grupo local, localizado ao leste do estado de Mato Grosso.

Da metade dos anos 1940 até a década de 1960, vários grupos Xavante estabeleceram relações pacíficas com diversas representações da sociedade envolvente, de equipes do SPI a missões religiosas de católicos e protestantes, o que impactou a cultura Xavante, sem, contudo, descaracterizá-la.

Ainda que algumas instituições sociais e várias práticas ceri-

moniais tenham sido afetadas, o essencial da cultura Xavante – sua língua, sua cosmologia, seus rituais ancestrais – mantêm-se vivos e continuam sendo transmitidos de geração para geração.

Desde os anos 1960, as comunidades Xavante, que são politicamente autônomas, mas se unem para alcançar seus objetivos comuns, vêm sendo assoladas pela praga da agropecuária extensiva, que, subsidiada por incentivos do governo brasileiro, invade, destrói e degrada imensas áreas de Cerrado, pertencentes ao povo Xavante para, em seu lugar, implantar grandes fazendas de monocultivo agrícola, especialmente de arroz e de soja, ou grandes fazendas de gado, tudo para exportação.

### AS TERRAS XAVANTE

A definição legal das terras Xavante pela Fundação Nacional do Índio (Funai) ocorreu entre a década de 1970 e o ano de 1981. Embora o limite fixado no processo

demarcatório não correspondesse ao pleiteado pelas comunidades indígenas, seis terras Xavante foram demarcadas nesse período.

O acesso a porções do território tradicional do povo Xavante envolveu, muitas vezes, fraudes. Sabe-se de casos em que, para disponibilizar terras à produção não indígena, autoridades alteraram mapas e atestaram a ausência de habitantes indígenas.

Assim, divididos, os Xavante ocuparam sete terras indígenas descontínuas – Areões, Marechal Rondon, Parabubure, Pimentel Barbosa, Sangradouro-Volta Grande, São Marcos e Marãiwatsede, que foi a última a ser demarcada.

Cada uma dessas terras tem um histórico de contato diferenciado com a sociedade circundante, mas, no geral, as terras ao seu redor, por eles tradicionalmente ocupadas há pelos menos dois séculos, estão hoje tomadas por não indígenas – posseiros, latifundiários, empresas agropecuárias, estradas, povoados e missões religiosas.



A demarcação do território Xavante em “ilhas” contribuiu para o isolamento, para a desarticulação política dos grupos, para a carência alimentar, para o sedentarismo e para o surgimento endêmico de doenças “dos brancos”, como a tuberculose e o diabetes.

## **FAZENDA SUIÁ-MISSU - TERRA INDÍGENA MARĀIWATSÉDÉ**

A cobiça pelo território Xavante de Marāiwatsédé vem desde o começo do século XX, quando grileiros foram estabelecendo suas fazendas em terras indígenas.

Contudo, registra a história que o pioneiro da ocupação ilegal foi o colonizador Ariosto da Riva (1915–1992) que, a partir dos anos 1950, criou a Fazenda Suiá-Missu, de início um empreendimento com 500 mil hectares, que chegou a alcançar uma área superior a 800 mil hectares, com recebimento de terras indígenas em doação pelo regime militar.

Para formar a Suiá-Missu, “a maior fazenda do mundo”, Ariosto, conhecido como o “último bandeirante”, abriu cidades e outras fazendas no norte e nordeste de Mato Grosso, fazendo uso da mão de obra barata local, inclusive a dos próprios Xavante, e removendo os indígenas, como os de Marāiwatsédé, que estavam no meio de seus empreendimentos.

Na década de 1960, os Xavante de Marāiwatsédé, área no nordeste do Mato Grosso, foram removidos à força para a Terra Indígena São Marcos, no município de Barra do Garças. Os mais velhos relatam que, em agosto de 1966, três aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) aterrissaram na aldeia Umréruré e, por meio de gritos e gestos, já que não falavam a língua Xavante, ordenaram, de uma hora pra outra, sem tempo para que as pessoas pudessem se despedir de seus animais ou pegar suas coisas, que todos os membros da aldeia, sem exceção, embarcassem nos aviões.

Cerca de 300 indígenas foram sequestrados da área pelos aviões da FAB não em uma, mas várias, cerca de quatro ou cinco viagens, para, por ordem do regime militar (1964–1985) desocupar suas terras para a expansão da Fazenda Suiá-Missu, que se tornou o maior latifúndio do Brasil.

Chegando à Terra Indígena São Marcos, os missionários desmantelaram as famílias, tiraram as crianças dos pais e separaram os adultos uns dos outros, em diversas casas da comunidade. Muitos morreram de tristeza, por não se adaptarem em outra terra indígena, outros morreram de doenças dos “brancos”.

Em pouco tempo, um surto de gripe e de sarampo matou mais de 80 indígenas, quase 30% do grupo de expatriados, todos eles enterados em uma vala comum, sem nenhum rito funerário, sem o conforto dos rituais do povo Xavante.

Os sobreviventes da mortandade de São Marcos fizeram um pacto: dali por diante, sua vida seria de luta para um dia retornar a Marāiwatsédé, fosse do jeito que fosse, demorasse o tempo que demorasse.

## **A LONGA JORNADA DE VOLTA PRA CASA**

Inadaptados à Terra Indígena São Marcos, que era uma missão salesiana, os Xavante de Marāiwatsédé foram se esparramando por outras aldeias Xavante, entre 1966 e 2004.

Em 1984, com a pressão das ruas para o fim da ditadura militar, um grupo de resistentes de Marāiwatsédé, aldeados na Terra Indígena Pimentel Barbosa, teve, enfim, condições de começar a organizar sua longa caminhada de volta pra casa. Com os sinais iminentes do retorno da democracia, a Funai criou um grupo de trabalho (GT) para tratar de Marāiwatsédé. Coordenado pelas antropólogas Patrícia de Mendonça Rodrigues e Iara Ferraz, o GT decidiu que uma área de 200

mil hectares deveria ser devolvida ao seu povo ancestral.

Entretanto, os Xavante não tinham como voltar para Marāiwatsédé, que estava totalmente invadida por grileiros, posseiros e fazendeiros, incluindo a empresa italiana Ente Nazionale Idrocarburi (Eni), uma das maiores proprietárias da Terra Indígena.

Em 1992, o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Eco-92), no Rio de Janeiro. Durante a Eco-92, um grupo Xavante ganhou a atenção internacional para a situação de Marāiwatsédé. Pressionada, em um gesto simbólico, a presidência da Eni anunciou a devolução do território Marāiwatsédé sob seu controle para o povo Xavante.

Em decorrência do ocorrido na Eco-92, o governo federal decide reiniciar o processo de reconhecimento para a legalização do território da Terra Indígena. Em 1998, a Terra Indígena Marāiwatsédé foi homologada pelo governo brasileiro, com um território encolhido de 165 mil hectares. Mas, de novo, ninguém podia voltar pra casa, porque a área continuava tomada por grileiros, posseiros e fazendeiros.

Não satisfeitos, os “grandes” da área, aliados aos políticos de plantão, resolveram questionar a homologação e, de uma hora pra outra, onde era para ser a primeira aldeia da retomada, passou a abrigar o povoado de Posto da Mata, completamente ocupado por não indígenas.

Judicializada, a homologação dava sinais de que não sairia do papel. Foi então que, em 2003, um grupo de guerreiros Xavante partiu de Pimentel Barbosa decidido a ocupar o que lhes era de direito. Na ponte de acesso à Terra Indígena, encontraram uma barreira de homens armados, organizada e municada pelos fazendeiros.

Os Xavante decidiram pelo enfrentamento. Montaram acampamento à beira da BR-158, próximo a um córrego que chamaram de



Foto: Adriano Gambartini/OPAN

Rowatsétédzépa (córrego dos conflitos). Durante dez meses, houve guerra: pontes foram queimadas, tiros e ameaças de morte eram frequentes, emboscadas ocorriam sempre. Três crianças perderam a vida. Em agosto de 2004, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, os Xavante conseguiram ocupar 10% de seu território.

O governo federal só conseguiu efetivar a desintrusão total da área no final de 2012, debaixo de muitas ameaças, inclusive ao bispo Pedro Casaldáliga, aliado dos indígenas que, já octogenário e padecendo do mal de Parkinson, precisou se refugiar em Goiânia por um tempo, para escapar da morte por assassinato.

### **GOLPE E TENTATIVA DE REINVASÃO**

Desde o tempo do primeiro presidente da ditadura militar, general Humberto de Alencar Castello Branco, passando pelo oportunista Michel Temer, até chegar

ao inominável que, desde janeiro de 2019, ocupa a presidência do Brasil, a luta do povo Xavante de Marãiwatsédé para viver em paz em seu território ancestral já dura mais de seis décadas.

Pouco depois do impeachment da presidenta Dilma, em 2016, o governo golpista de Michel Temer enfrentou sua primeira crise com o mundo indígena, com a tentativa de reinvasão da Terra Indígena Marãiwatsédé. Pressionados pelos ruralistas no território Xavante e no Congresso Nacional, que insiste na mudança das regras de demarcação das terras indígenas, os Xavante e os demais povos indígenas lutam agora contra a aprovação do Projeto de Lei 490, em tramitação no Congresso, que promete abrir a porteira dos territórios indígenas para o agronegócio.

Entre 2012 e 2013, produtores e políticos, retirados da Terra Indígena por forças federais, voltaram a se articular para invadir novamente uma área de aproximadamente 165 mil hectares, o que equivalente

a 160 estádios de futebol, no coração da Terra Indígena Marãiwatsédé.

Em 2014, o governo Dilma decidiu reassentar as famílias retiradas da Terra Indígena em uma área rural em Alto Boa Vista por meio de um projeto chamado de Casulo. Com a queda da presidenta Dilma, o Incra investiu apenas R\$ 310.400, e o projeto acabou sendo abandonado à própria sorte, sem água, sem luz, sem nenhum tipo de saneamento básico.

Ainda assim, mesmo sujeitos a seguidas invasões há mais de 60 anos, os Xavante de Marãiwatsédé continuam tentando manter o controle de seu território, uma das últimas fronteiras agrícolas do Mato Grosso.

Contra vento e maré, as lideranças locais enfrentam mais este tempo turbulento, com ausência de políticas públicas, de informações, com manipulações diversas, e ainda a total anuência do Estado brasileiro para todas as violações de direitos ocorridos entre os Xavante e entre todos os povos indígenas do Brasil.

## MULHERES XAVANTE PI'Ô RÔMNHA/MA'UBUMRÔIA

Infelizmente, ao longo das décadas de luta pela retomada de seu território, a área foi sendo cada vez mais desmatada, até fazer de Marãiwatsédé ("mata densa" na língua Xavante do tronco linguístico Jê), a terra indígena mais desmatada do Brasil, com cerca de 80% de seu território totalmente degradado.

Para contrapor a esse jogo sujo de degradação e destruição, o grupo Pi'ô Rômnha/Ma'ubumrô'wa – Mulheres Xavante Coletoras de Sementes da Terra Indígena Marãiwatsédé –, coleta e destina todas as sementes coletadas no Cerrado para a restauração das áreas internas e adjacentes à Terra Indígena Marãiwatsédé.

O grupo começou em 2011, quando coletores e coletoras da Associação Redes de Sementes do Xingu (ARSX), visitaram Marãiwatsédé para apresentar seu trabalho de plantar florestas e recuperar áreas degradadas entre assentados e indígenas nas bacias da região do Xingu. Depois

da visita as mulheres Xavante resolveram se organizar para coletar sementes e fazer o replantio em sua própria área indígena.

O trabalho começou timidamente, com a coleta de duas espécies de sementes por 18 anciãs. Hoje, as cerca de 90 mulheres e seus familiares que integram a ARSX compreendem que, além de ser uma alternativa socioeconômica (as mulheres são remuneradas pela coleta), o trabalho com as sementes é uma forma de se apropriar e proteger o território Marãiwatsédé, ameaçado por invasões e intensamente desmatado.

O próprio coletivo de coletoras da ARSX é quem precifica as sementes, em assembleias anuais da associação, que é também o momento em que cada coletora recebe pelas sementes que entregou. Para assegurar a dispersão natural de sementes no território indígena, cerca de 30% das sementes de cada matriz contidas na carga são mantidas na natureza, na própria área de onde as sementes são extraídas.

"A Funai está errada, eles jogavam com a gente. O Ministério Público Federal (MPF) também

está errado porque ele não ouviu, nós temos direito de dialogar e pensar alternativas para a nossa sobrevivência. Queremos, sim, reflorestar, mas quando chegamos aqui já havia muito pasto, e isso não foi nossa culpa", destaca a liderança feminina Carolina Rewaptu, cacica da aldeia Madzabdzé, a aldeia mais distante do epicentro da Terra Indígena.

## RESISTÊNCIA À VOLTA DA BARBÁRIE

Para o estudante de antropologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e liderança da juventude em Marãiwatsédé, o cerco recente ao Cacique Damião é, em si, mais uma ofensiva ao povo Xavante "não houve diálogo, a Funai de hoje não tem indigenista, não sabe dialogar com a comunidade. Onde está o respeito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Povos Indígenas, da qual o Brasil é signatário?" – questiona a liderança.

Em nota de solidariedade ao Povo Xavante de Marãiwatsédé, o Conselho Indigenista Missionário



(Cimi) responsabiliza a Funai pelos recentes incidentes ocorridos na Terra Indígena. Diz a nota:

*Entre os fundamentos que devem reger as ações da Funai, desde sua efetivação como órgão indigenista, em 1967, prefigura o respeito à pessoa e às instituições e comunidades indígenas; que suas ações devem primar pela garantia da posse permanente e do usufruto exclusivo dos bens presentes nas terras indígenas, para suas comunidades bem como a gestão do patrimônio indígena, para sua conservação, ampliação e valorização.*

*Desde o dia 1º de janeiro de 2019, na contramão do que preconiza o Artigo 231 da Constituição Federal e subvertendo os objetivos da Funai e do devido papel governamental para com os povos indígenas, vemos a busca incessante de facilitar a invasão e o favorecimento da exploração dos bens destes povos. Resta evidente que, para além dos Projetos de Lei, como o PL 191/2020, o governo federal referenda a desestruturação do órgão indigenista ao atribuir para cargos de coordenação pessoas sem o menor preparo para o trabalho indigenista.*

*Assim, os fatos revelados que evidenciam o envolvimento de coordenação da Funai e elementos a ela vinculados na exploração da TI Marãiwatsédé comprovam que não é prioridade da direção do órgão, neste momento, atuar em sintonia com suas atribuições institucionais.*

*O povo A'uwê-Xavante de Marãiwatsédé, após 56 anos de luta, conseguiu reaver seu território, de onde foram expulsos (sic), com apoio governamental de então, em 1966. Desde 2012, quando se efetivou a desinvasão, este povo busca recuperar suas formas próprias de convivência com a natureza. Encontraram, contudo, uma devastação ambiental, cujo ápice se deu no início da década de 1990, justamente quando já se sinalizava a devolução do território aos seus legítimos donos.*

*Em 2016 foi elaborado o Plano de Gestão da TI Marãiwatsédé onde o povo A'uwê, buscando reestabelecer os fatores essenciais para a convivência em seu território, apontava passos e perspectivas para isso. Infelizmente, com o desmonte da política indigenista e as pressões que ainda seguem hoje, por parte de antigos invasores e de políticos com estes envolvidos, poucos passos foram dados no que depende das instituições federais.*

*Considerando a situação específica em que se encontrava o território indígena, o Ministério Público Federal vem há pelo menos quatro anos buscando junto à Funai estabelecer medidas e, desde 2019, vem oficiando a presidência do órgão indigenista para que se manifeste diante da necessidade de efetivar ações que garantissem a subsistência da comunidade indígena de Marãiwatsédé. Consta que nenhuma resposta efetiva foi dada.*

*Diante deste quadro, em que os A'uwê foram obrigados a buscar alternativas para sua sobrevivência, é imperioso que o governo federal efetue ações de recuperação das áreas degradadas pelos antigos invasores e, com a efetiva participação das comunidades e lideranças de Marãiwatsédé, cumpra o papel que lhes cabe segundo o texto constitucional e objetivos institucionais, com pessoas devidamente preparadas, capacitadas técnica e antropologicamente, e com conduta ílibada, como deve ser natural para cargos públicos.*

Segundo os laudos de perícia ambiental, emitidos pela Polícia Federal, o valor estimado para recuperar a vegetação de uma área de 10 mil hectares desmatados por cerca de 7 mil produtores, expulsos de 27 fazendas ilegais na Terra Indígena, era, no ano de 2012, de R\$ 42.356.578,90.

Em vez de restaurar, os “grandes proprietários de Terra”, com a anuência do Estado brasileiro, partiram para o ataque, com mais políticas de destruição do

meio ambiente, do Cerrado e dos próprios povos indígenas.

Recentemente, os Xavante buscaram a Defensoria Pública da União no Mato Grosso com um pedido de socorro, na esperança de que os seus direitos básicos e coletivos sejam garantidos, nesse momento tão delicado de preocupações das lideranças locais.

“É fundamental analisar toda a situação à luz dos direitos humanos e pensar qual a melhor forma de construir soluções que garantam uma existência digna para esses povos que, ainda hoje, sofrem as consequências de uma ação da época da ditadura militar, com sua remoção, e que atualmente enfrentam a total omissão do Estado brasileiro”, ressalta o defensor público federal, Renan Sotto Mayor.

No Mato Grosso, a “Marcha para o Oeste” ainda não terminou. O crescimento da produção de soja no estado, o principal produto da balança de exportação brasileira, respondendo por mais de R\$ 20 bilhões por ano, aumentou a cobiça sobre as terras indígenas do estado. Desde 2014, o Mato Grosso vem registrando uma das taxas de desmatamento mais altas do país.

A “opressão branca”, traduzida pelas ações recentes do agronegócio, patrocinadas pelo governo anti-indígena de plantão, coloca o povo Xavante ante o desafio de enfrentar mais um terrível tempo de turbulência, em um dos conflitos de terra mais antigos da Amazônia, na terra indígena mais devastada do país.



**Ana Paula Sabino** - Jornalista. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri



**Samuel Leão** - Cineasta e Jornalista



# JABUTI, PERERECA, SABIÁ, TAMANDUÁ

## RESISTÊNCIA TUPI EM NOMES DE ANIMAIS BRASILEIROS

Zezé Weiss

É certo que a colonização portuguesa conseguiu transformar jaguar em onça e tapir em anta, além de produzir alguns híbridos, como tamanduá-bandeira e sapo-cururu. Mas jabuti, perereca, sabiá, tamanduá são evidências de que a força e a tradição da taxonomia indígena prevaleceram para designar a maioria das cerca de 116 mil espécies da fauna existentes no Brasil.

Os portugueses adotaram a maioria das denominações de bichos, plantas e acidentes geográficos dados pelos povos originários, mas também capricharam na hibridização. É o caso do lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o maior canídeo da América do Sul, que associa a palavra portuguesa, originária da latina *lupus* (lobo) à tupi (*aguará* ("pelo de penugem")). E assim o aguaráçu dos indígenas virou o nosso lobo-guará.

O mesmo aconteceu com a surucucu-pico-de-jaca ou cobra-topete (*Lachesis muta*), a víbora que os indígenas chamavam de surucucu ("que dá muitas dentadas") ou surucucutinga, em que *tinga* é um pospositivo do tupi para branco.

Em nomes como anu-preto/branco, araponga-da-horta, mandi pintado, perereca-azul, preá-da-índia, sabiá-laranjeira, seriema-de-pé-vermelho, tamanduá-bandeira, tatu-canastra, tucano-cachorrinho, urutu-cruzeiro e inúmeras outras denominações de bichos, ao nome indígena original, em tupi, foi acrescentada uma achega portuguesa. Já em sapo-cururu e tartaruga-aruanã, o tupi foi para o final.

Alguns nomes trocados pelos portugueses prevaleceram como exceções: abutre (urubu), cachorro-vinagre (janauí), beija-flor e colibri (guanambi), caranguejo (uaçá), cá-

gado (jabuti), cascavel (boiquira, boicinga), gaivota (atiati), gavião real ou harpia (acangoera, uiraçu), ema (nandu), papagaio (ajeru), veado (suaçu), vespa (caba).

Mas em tucano-pacova e tuiú-mirim, esta abelha que ainda tem outro nome indígena – *irai*, o tupi venceu. E venceu também em boitatá, o monstro da primeira lenda brasileira, que os indígenas usavam para apavorar os portugueses, dizendo que o bicho saía das águas para beber o sangue e comer as vísceras do invasor, com o humano vivo.



**Zezé Weiss** - Jornalista Socioambiental.

**Pesquisa:** <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/em-nomes-de-animais-brasileiros-a-resistencia-tupi/>



# OS PRINCÍPIOS DA CARTA DA TERRA

---

Kleyton Morais



Mais do que um chamado, a Carta da Terra é um alerta, um alarmante pedido de socorro para os povos do mundo, para que se responsabilizem e cuidem do futuro de nossa única morada, o Planeta Terra.

Gestada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco 92, Rio 92 ou Cúpula da Terra, o documento final da Carta da Terra, com seus 4 tópicos e 16 princípios, demorou praticamente oito anos para ser aprovado, em 29 de junho de 2000, com a assinatura da maioria dos países, incluindo o Brasil.

Infelizmente hoje, em nosso país, o documento que estabelece os parâmetros para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e sustentável, vem sendo rejeitado por um governo que insiste em passar a boiada nas conquistas sociais e ambientais do povo brasileiro.

Nós, do Sindicato dos Bancários de Brasília, seguimos nos pautando pelos princípios da Carta da Terra, apresentada pelas Nações Unidas como a "Carta dos Povos". Ao divulgar esses princípios, reiteramos nosso compromisso com esse outro mundo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente viável que acreditamos ainda ser possível.

## PRINCÍPIOS

### I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

Para cumprir estes quatro amplos compromissos, é necessário:

### II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação com a diversidade biológica e com os processos naturais que sustentam a vida.
6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.

7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

### III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.

10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

### IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões e acesso à justiça.

14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessários para um modo de vida sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

16. Promover uma cultura de tolerância, de não violência e de paz.



**Kleyton Morais -**  
Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília. Conselheiro da Revista Xapuri.



# REGINA SOUSA:

## UMA MULHER NEGRA NO GOVERNO DO PIAUÍ

— Ieda Leal





Negra, ex-professora e ex-quebradeira de coco, a petista Maria Regina Sousa é a primeira mulher a governar o Piauí. Aos 71 anos, Regina Sousa, como é conhecida, assumiu a vaga de Wellington Dias (PT), que renunciou ao cargo de governador para disputar uma vaga do Senado nas eleições de outubro.

Vinda de uma família muito pobre, Regina Sousa nasceu em União, localizada a 65 km de Teresina, capital do estado, onde, quando criança, ajudava os pais no roçado. À medida que foi crescendo, tornou-se quebradeira de coco até mudar-se para Parnaíba, também no Piauí, para cursar o ensino médio.

Na década de 1970, conseguiu formar-se professora e encontrou emprego na escola Eunice Weaver, da rede estadual, que era chamada "Preventório", porque ali só estudavam filhos de pessoas com hanseníase.

Em 1976, Regina graduou-se em letras, com habilitação em língua portuguesa e língua fran-

cesa, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), onde chegou a ser professora de francês. Em seguida, a professora Regina tornou-se uma grande sindicalista e uma grande militante política.

Em 1978, ela foi uma das fundadoras e a primeira presidenta da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Piauí. Uma das fundadoras do PT no estado, entre 2003 e 2010, foi secretária de Administração do governo de Wellington Dias. Em 2010, foi eleita primeira suplente do senador Dias, de quem herdou a vaga, quando ele deixou o cargo para disputar o governo, em 2014.

Como senadora, Regina Sousa estabeleceu como prioridades a luta de defesa dos direitos humanos, do meio ambiente e da participação de mais mulheres na política.

Ao assumir o governo do Piauí, Regina Sousa dá seguimento às conquistas de mulheres negras como Benedita da Silva, primeira vereadora negra eleita pelo PT (1982), pri-

meira senadora negra do Brasil (1994), e primeira mulher negra a assumir o governo do Rio de Janeiro, em 2002.

Como governadora, Regina Sousa entra para o seleto grupo das três mulheres a governar um estado brasileiro neste ciclo eleitoral de 2018-2020. Ela se junta a Fátima Bezerra (PT), governadora do Rio Grande do Norte, eleita pelo voto popular em 2018, e Isolda Cela (PDT), do Ceará, substituta do Governador Camilo Santana (PT), que disputa uma vaga ao Senado em outubro.



**Iêda Leal** – Tesoureira do SINTEGO / Secretária de Combate ao Racismo da CNTE / Coordenadora Nacional do MNU / Coordenadora do Centro de Referência Negra Léila Gonzalez / Secretária de Comunicação da CUT-Goiás.



# UM OUTRO FIM DO MUNDO É POSSÍVEL

Emir Sader

Ilustração: Pablo Picasso



O mundo está como o diabo gosta: guerras, epidemias, hecatombe ecológica, miséria correndo solta, ameaças, previsões as piores possíveis. Falta uma chispa para que tudo pegue fogo. Alguém ou algo pode sair do controle e pronto: o tão propalado fim do mundo.

Tudo do jeito que os pessimistas adoram. A guerra da Ucrânia

poderia se alastrar para toda a Europa. A Rússia poderia apelar para armas nucleares, Estados Unidos anuncia que ela também seria destruída.

Se especulam sobre as saídas possíveis para o fim dessa guerra, mas todas parecem improváveis. Que a Rússia saia plenamente vencedora, incorporando a Ucrânia a seu território e avançando para outros territórios.

Uma saída que apenas remeteria a outras guerras, seja pelo *envalontamento* da Rússia, seja por respostas militares da Otan, que trataria essa vez de tomar a iniciativa antes da Rússia. Possibilidade nada favorável a uma situação de paz e estabilidade.

Antes do que isso, pode apontar para a tão cantada Terceira Guerra Mundial, que liquidaria com tudo e por todos, pelo caráter devastador que as potências nucleares possuem para aniquilar o outro, sem capacidade para se defender de ser aniquilada.

Uma segunda possibilidade de via para o fim desta guerra seria a situação oposta: a Rússia seria derrotada, teria que retirar todas as suas tropas do exterior e teria danos ainda mais graves econômicos e sociais, além dos danos na sua capacidade militar.

Suporia que o poderio atômico da Rússia seria neutralizado – não se sabe como se daria –, mas não poderia impedir que, uma vez na sua história, a Rússia voltasse a se fortalecer e reaparecesse como grande potência nuclear. Nada alentador para um mundo de paz e estabilidade.

A terceira hipótese seria a de um mágico acordo, em que cada um cede um pouco e se chega a um acordo de paz que deixaria a todos se não felizes, pelo menos aliviados. Qual poderia ser esse acordo mágico?

A Rússia tira suas tropas da Ucrânia e das suas fronteiras, incorpora, de uma ou outra maneira as duas províncias autônomas sob sua influência, com a garantia de

que a Otan não vai incorporar a Ucrânia e que, assim, não haveria tropas na sua fronteira. Uma espécie de novo Acordo de Minsk, desta vez pra valer. E todos seríamos felizes e comeríamos perdizes.

Quem acredita nisso? Nem a Velhinha de Taubaté que, ela mesma, virou pessimista.

Podemos então escolher os diferentes tipos de fim de mundo. Sem contar com a disseminação de uma nova pandemia, esta sem vacina para neutralizá-la. Ou um desastre ecológico, tão prenunciado há tanto tempo, em que várias partes do mundo se apresentam como candidatas a desatar tais desequilíbrios, que nada mais seria como antes, talvez nem mesmo a Lei de Newton.

Programas de televisão logo vão incorporar a pergunta a seus entrevistados sobre que tipo de fim de mundo eles preferem. Uma guerra nuclear, um tsunami universal, epidemia que se propaga pelo toque nos celulares ou nas TVs, ou alguma forma de combinação de todas elas, que nenhum filme de catástrofe previu até agora.

Ou, como se diz, deixemos o pessimismo de lado, por um momento pelo menos. Deixemos o pessimismo para tempos piores. Estes tempos não comportam, além de todos os riscos, um pessimismo generalizado.

Será que não haveria um outro fim de mundo possível? Mais suave, mais devagarinho, mais tranquilo? Será que não poderá esperar a possibilidade de nos trasladarmos todos a um outro desses planetas a que os milhares estão chegando e ver o fim do mundo – ou da Terra – de lá, de cima, como em um filme?

Talvez não.

Talvez tenhamos que nos virar nós mesmos, com todos os problemas que criamos ou que deixamos que fossem criados. Chegar a uma paz com acordos de fim das guerras. Controlar as pandemias com medicamentos preventivos. Impedir os desequilíbrios ecológi-

cos que levam tudo para o beleléu mediante políticas e atitudes que cuidem também da Natureza.

Afinal fomos educados, quando crianças, com historinhas que sempre terminavam bem. Depois Hollywood se encarregou de nos acostumar aos happy end.

Quem sabe! Who knows! Daria para esperar, na expectativa otimista que nenhuma das ameaças vão prosperar, são só isso, ameaças. Ou tentar um grande acordo entre os homens de boa vontade – supondo que eles existam e tenham poder sobre todos os riscos que nos afligem.

Ou eleger o Lula e pedir mais esse milagre para ele – além de recuperar este país entregue à baratas e camundongos. Que ele convoque os grandes agentes das crises para uma reunião geral, talvez no Maracanã, para chegar a um acordão, em que todos se comprometem a agir bem e pelo bem, apesar dos seus interesses particulares.

Não custa sonhar, porque a realidade está brava, ameaçadora, nos surpreende cada manhã com novos riscos e declarações que nos tiram o sono. A mídia, além de ruim como fonte de informações e de interpretações, prefere o fim do mundo – ou pelo menos sua iminência – porque dá mais audiência e, portanto, mais publicidade.

A vontade então é não acordar cada manhã e dormir logo cada noite, para terminar o péssimo dia. Os pessimistas dirão que no dia seguinte tudo estará ainda pior. Os otimistas, que morreremos dormindo.

Ou não? Qualquer novidade, para bem ou para mal, faremos uma edição extraordinária neste mesmo espaço. Quem sabe anunciando que um outro mundo é possível.



**Emir Sader** - Sociólogo.  
Conselheiro da Revista Xapuri.

# GU-Ê-CRIG E OS MENSAGEIROS DE JURUPARI

Altair Sales Barbosa

Eu sou Gu-ê-Crig, único sobrevivente de um povo que se extinguiu. Dentro da nossa cosmologia, povoa um personagem enigmático, maligno, e demoníaco ao qual os meus irmãos indígenas atribuem o nome Jurupari.

As mulheres e crianças das aldeias ficam arrepiadas quando seu nome é mencionado. Ninguém sabe como é, ninguém conhece sua

forma, porque ele nunca aparece, sempre atua através de mensageiros, que tomam formas humanas. E que sempre chegam aos territórios dos meus irmãos indígenas, após um som estranho imitando o ruído produzido por um instrumento de sopro feito de cabaça doce.

Chegam travestidos de inúmeros personagens e por onde passam deixam um rastro enorme

de desestruturação. Mudam o rumo dos caminhos, criando dessa forma encruzilhadas confusas e perigosas. Intimidam os homens com artifícios perigosos, qual choque de poraquê, desrespeitam as mulheres, principalmente as mais jovens, e ainda cometem um mal maior: espancam as crianças.

Os geraiseiros, que tomaram emprestado um pouco da des-





condição indígena e convivem nos sertões dos gerais, afirmam que Jurupari aparece às noites de lua minguante, no alto das copas de sabiú, planta típica dos gerais. Durante a fase da lua minguante, todas as noites, seus secretários, súditos e bajuladores se reúnem para ouvi-lo. Depois, tocam o tal instrumento de cabaça doce, dançam e desaparecem em várias direções.

Os geraiseiros ainda contam ser esta a causa da compactação do solo debaixo dos sabiús e que, por isso, nenhuma plantinha germina ali.

...Com toda certeza, Jurupari ficou sabendo dos paraísos indígenas desde muitas luas até os dias atuais, e seus mensageiros e bajuladores ainda andam perseguindo meus irmãos. Não contentes com o que fizeram, os atormentam de diversas maneiras. Antes, porém, de lhes mostrar a atual encruzilhada em que os seguidores de Jurupari fizeram enveredar os indígenas, vou relembra-los de um pouco da história que as nações indígenas construíram nos sertões de dentro desta terra que mais tarde seria conhecida como Brasil.

Desde que as naus portuguesas chegaram em abril de 1500 ao litoral deste território, numa enseada batizada com o nome de Bahia de Todos os Santos, cerca de 25 gerações se passaram. Naquela época os meus ancestrais indígenas já estavam na região dos grandes sertões há pelo menos 550 gerações.

Quando meus antepassados chegaram ao centro do que hoje é o Brasil, uma sensação estranha lhes tomou conta: pensaram ter descoberto o paraíso, tal a opulência de recursos. As paisagens, com seus inúmeros rios de águas cristalinas, repletos de peixes, com seus variados frutos comestíveis, com uma diversidade enorme de animais e ainda com inúmeros abrigos naturais, os acolheram de forma tão carinhosa que eles

souberam retribuir esta acolhida com uma grande pitada de carinho cultural e harmoniosa.

Os ameríndios, como também nos apelidaram, chegaram nesse ambiente como nômades, caçadores, pescadores e coletores das sobrevivências. As moradias eram os abrigos naturais ou cavernas, locais onde enterravam e veneravam os mortos. Nestes locais sempre se faziam cerimônias, gravavam mensagens, ou simplesmente decoravam artisticamente suas paredes.

Mais tarde, com as diversas oportunidades que o ambiente oferecia, aprenderam a domesticar alguns dos vegetais nativos e dessa forma alguns dos meus ancestrais se transformaram em horticultores. Com isso, deixaram a moradia das cavernas e passaram a colonizar os verdejantes vales desta terra, onde implantaram grandes aldeões.

Entretanto, mesmo vivendo em áreas abertas ou aldeias, nunca deixaram de visitar os abrigos naturais ou cavernas, as antigas moradias, pois sempre souberam respeitar e reverenciar a memória dos antepassados.

O futuro chegou com a rapidez de um relâmpago, com sua ideologia economicista, passou sobre nossa ancestralidade como um rolo compressor. Todos foram e são estereotipados na forma de vários preconceitos. Até o título de preguiçoso nos cunharam, simplesmente porque não aceitávamos, e não aceitamos até hoje, o regime da escravidão.

Segmentos da sociedade, os fiéis mensageiros de Jurupari, procuram marginalizar meus antepassados de várias maneiras, incluindo o uso da força. E, por isso, muitos tiveram que se refugiar nos rincões mais escondidos e inacessíveis dessa terra.

Porém, a cultura e identidade com a terra eram tão fortes que, mesmo deixando somente rastros, ficaram profundas heranças das inúmeras gerações

na cultura do povo que foi se formando e mais tarde recebeu o nome de brasileiro.

E, se tiverem a honestidade de olhar além das aparências, verão que não somente os brasileiros, mas muitos outros povos incorporaram no seu viver cotidiano elementos que meus irmãos legaram.

Assim aconteceu com o feijão, por exemplo, tão apreciado como alimento desde o Brasil até o Texas; Esse vegetal é uma planta da família *leguminosae*, que foi domesticada pelos meus ancestrais da mesma forma que domesticaram o abacate, o abacaxi, o tomate, o pimentão e a pimenta, plantas estas que foram muito disseminadas mundo afora.

Também domesticaram o tabaco, planta da família *solanácea*, e o usavam em rituais para amenizar as dores e situações de estresse, da mesma forma que meus irmãos do altiplano andino usavam e ainda usam a coca para amenizar efeitos da altitude e evitar a labirintite causada pela escassez de oxigênio.

A sociedade que se formou, cujos valores são modelados pela conhecida civilização ocidental de origem europeia e arábica, aproveitou essas plantas e deu a elas outras formas de uso.

Os irmãos mexicanos criaram o milho, cruzando dois tipos de gramíneas nativas. Este cereal irradiou com enorme força e sucesso entre todos os meus ancestrais das Américas. E hoje movimentam parte da economia mundial.

Algumas das bebidas, cremes e doces que também meus ancestrais utilizavam e alguns de seus descendentes ainda utilizam alcançaram mercados mundiais, como o guaraná, bebida energética e refrescante, os cremes das palmeiras Açai, Patauí, Bacaba, Buriti etc., aos quais atribuíam o nome de sem bereba. O creme de Cupuaçu, as castanhas do Pará, do Caju, do Baru, do Pequi, os amendoins etc. fazem parte de uma imensa listagem dessa contribuição.



Um dos nossos cremes ficou tão famoso que o mundo até esquece sua origem indígena. Trata-se do creme da amêndoa do cacauieiro, planta nativa das florestas equatoriais, cujo doce hoje em dia é o mais apreciado da terra, isto porque os europeus se apossaram desse creme e nele adicionaram o leite taurino, dando origem ao chocolate. Os indígenas ensinaram ao mundo a usar o látex da seringueira, planta nativa do ecótono Amazônia e Cerrado. Hoje esta matéria prima movimentada desde os corpos das pessoas pelos solados dos sapatos, até caminhões e aviões pelos pneus.

Também domesticaram batatas, inhames e mais de trezentas raças de mandioca, que hoje é alimento importante na vida de muita gente; Ensinaram a consumi-la cozida ou assada e a processá-la na forma de tapioca, polvilho, crueira, puba, beijus, e dela fizeram o primeiro alimento desidratado da história da humanidade: a farinha.

Ensinaram aos novos colonizadores a consumirem muitas plantas nativas para saciarem a fome e curarem certas doenças. Assim, a sociedade aprendeu a consumir a Mangaba, o Caju,

o Pequi etc., a beber o chá da Douradinha e da Congonha-do-Campo e a curar a malária usando a entrecasca do Quinino.

Muitos outros segredos vegetais conseguiram ensinar ao novo colonizador, que hoje os incorporou na farmacopeia universal. Entretanto, muitos ainda estão guardados com o pouco que restou dos indígenas, não por egoísmo, mas porque a sociedade que se formou nunca se importou em conhecê-los para o benefício de toda a humanidade. Mas os mensageiros de Jurupari conseguem esses conhecimentos para uso comercial e empresarial, na forma como a sociedade designa de biopirataria.

Este é o resumo da minha e da nossa trajetória indígena. Não sei quantas línguas desapareceram. Sei somente que sou o único sobrevivente de um grande massacre que ainda fala a antiga língua que era do meu povo Akroá. Vivo refugiado, solitário nas escarpas de uma serra. Era jovem quando os mensageiros de Jurupari chegaram à minha aldeia. Não pude suportar tamanha dor e saí correndo feito um caititu espantado. Quando olhei para trás, ainda pude enxergar, por entre os galhos, minha graciosa rede de buriti.

Os meus outros irmãos indígenas, que hoje tentam viver em aldeias, devem ter organizado mais de uma vez a sua sociedade e a sua cultura com os restos que salvaram do impacto, readaptando-os de acordo com as novas condições e necessidades.

Tudo que meus irmãos indígenas ensinaram aos mensageiros de Jurupari eram coisas verdadeiras e úteis. Em contrapartida, quase tudo que nos falaram e prometeram eram falsidades e mentiras. Digo quase tudo, porque sei que nem todos são mensageiros de Jurupari.

Apenas uma verdade eu e meus irmãos aprendemos com os mensageiros e que, por incrível coincidência, se assemelha à história que meu povo contava sobre Jurupari e que pode ser resumida numa única frase:

O Diabo, quando não vem, manda o secretário.



**Altair Sales Barbosa -**

Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio-Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis. Conselheiro-fundador da Revista Xapuri.

# UM RIO DESBOCADO

Manoel de Barros

Definitivo, cabal, nunca há de ser este rio Taquari.

Cheio de furos pelos lados, torneiral – ele derrama e des-tramela à toa.

Só como uma tromba d'água se engravida. E empacha. Estoura. Arromba. Carrega barrancos. Cria bocas enormes. Vaza por elas. Cava e recava novos leitos. E destampa adoidado...

Cavalo que desembesta. Se empolga. Escouceia árdego de sol e cio. Esfrega o rosto na escória. E invade, em estendal imprevisível, as terras do Pantanal.

Depois se espraia amoroso, libidinoso animal de água, abraçando e cheirando a térrea fêmea.

Agora madura nos campos sossegado. Está sesteando debaixo das árvores. Se entorna preguiçosamente e inventa nova margens.

Por várzea e boqueirões passeia manheiro. Erra pelos cerrados. Prefere os deslimites do vago, o campinal dos lobinhos.

E vai empurrando, através dos corixos, baías e largos, suas águas vadias.

Estanca por vezes nos currais e pomares de algumas fazendas. Descansa uns dias debaixo das pimenteiras, dos landis, dos guanandis – que agradecem.

De tarde à sombra dos cambarás pacus comem frutas.

Meninos pescam nas varandas da casa.

Com pouco, esse rio se entendia de tanta planura, de tanta longjura, de tanta grandura – volta para sua caixa. Deu força para as raízes. Alargou, aprofundou alguns braços ressecos. Enxertou suas areias. Fez brotar sua flora.

Alegrou sua fauna. Mas deixou no Pantanal um pouco de seus peixes.

E emprenhou de seu limo, seus lanhos, seu húmus – o solo do Pantanal.

Faz isso todos os anos, como se fosse uma obrigação.

Tão necessário, pelo que tem de fecundante e renovador, esse rio Taquari, desbocado e mal-comportado, é temido também pelos seus ribeirinhos.

Pois, se livra das pragas nossos campos, também leva nossos rebanhos.

Este é um rio cujos estragos compõem.



**Manuel de Barros** - Escritor pantaneiro. Em Livro de Pré-Coisas. Editora Record, 1997.



HOMENAGEM

# IÊDA VILAS-BÔAS ENCANTOU-SE

**\* 17/10/1963**

**+08/04/2022**





# SOU CERRATENSE

Iêda Vilas-Bôas

OLHOS AMARELOS  
 PELE AMARELA  
 (DA COR DA TERRA)  
 QUEIMADA DO SOL  
 DO MEU CERRADO  
 HABITA EM MIM  
 UM SER PRIMITIVO  
 LOBEIRA, ESPINHOS  
 ÁGUA FRIA DE RIACHO  
 PIABA LIGEIRA  
 PIRAMBEIRA  
 DESPENHADEIROS.  
 VENTO DE AGOSTO  
 DESCENDO A CAMPINA  
 UIVANDO, BAILANDO  
 TRA ANDO MINHA SINA.  
 SOU BICHO ESQUISITO  
 CORUJA BURAUQUEIRA  
 SOU TERRA  
 FORMIGA ESTRADEIRA

FÁTUO DE FOGO ASSOMBROSO  
 UM QUERER NÃO QUERIDO  
 DE QUE A NOITE PERSISTA.  
 SOU FESTA  
 SOU CHUVA  
 BEM-TE-VI NAS ALTURAS  
 EROS BRINCA COMIGO  
 E CAÇA DE MIM  
 NA NOITE ESCURA  
 DEIXA SORRINDO  
 MALDOSO RECADO:  
 FOGO-APAGOU  
 FOGO-APAGOU  
 FOGO-APAGOU!



**Iêda Vilas-Bôas** – Escritora,  
 Conselheira da Revista Xapuri.

**COM NOSSO AMOR,  
 NOSSA SAUDADE.**

# ARROZ DE HAUÇÁ



Foto: Angelo da B6/CLAUDIA

Lúcia Resende

Típico da culinária nordestina, especialmente apreciado na Bahia, o arroz de hauçá foi trazido ao Brasil entre os séculos XVIII e XIX pelo povo africano haussá, haúsa ou hauçá, do norte da Nigéria.

Delicioso, o arroz de hauçá é cozido sem sal, com bastante água, para ser consumido bem mole, quase desmanchando, e "bem quente", com muito molho de pimenta-malagueta.

Em "O Sal é um Dom - Receitas de Dona Canô", Mabel Veloso registra a receita da matriarca dos Velloso como "Arroz de Haussá":

## INGREDIENTES

½ kg de carne do sertão (charque)  
Cebola  
Alho  
Hortelã  
250 g de camarão seco  
Azeite doce  
2 ½ xícaras de arroz

## PREPARO

Aferventar a carne do sertão para tirar o sal, escorrer e cortar em pedacinhos; fritar com cebola, alho e hortelã. Reservar. Cozinhar o arroz bem cozido. Arrumar o prato colocando o arroz cozido, a carne frita em volta e, por cima, jogar o camarão seco frito.



**Lúcia Resende**  
Professora

 @mluciares

# AS ESCATOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS: GUERRA NUCLEAR, PANDEMIA, EXTINÇÃO DAS ESPÉCIES E MUDANÇAS DO CLIMA

Gilney Viana



Foto: divulgação

***Pensem nas crianças/Mudas telepáticas  
Pensem nas meninas/Cegas inexatas  
Pensem nas mulheres/Rotas alteradas  
Pensem nas feridas/Como rosas cálidas  
Mas, oh, não se esqueçam***

***Da rosa, da rosa/Da rosa de Hiroshima  
A rosa hereditária/A rosa radioativa/  
Estúpida e inválida  
A rosa com cirrose/Sem cor, sem perfume/  
Sem rosa, sem nada***

*A Rosa de Hiroshima – Vinicius de Moraes*

De repente estamos tomados por visões escatológicas do fim do mundo e/ou da humanidade a partir da percepção de eventos ou acontecimentos globais com forte materialidade como a pandemia da Covid-19, a possibilidade de uma guerra nuclear, a extinção massiva das espécies e a catástrofe climática.

Diferente da escatologia bíblica do Apocalipse, com suas bestas, cavaleiros e exércitos do bem contra os exércitos do mal alinhados para a batalha final no Armagedon, não incluem nem Arrebatamento nem Parúsia, que possibilitariam a salvação dos fiéis. As escatologias presentes são totalizantes, atingem crentes e não crentes, e seu enfrentamento e superação exigem a salvação de todos. Não sem riscos. Não sem lutas. Não sem esquecimentos, como diz o poema de Vinicius de Moraes sobre a “rosa de Hiroshima”.

A pandemia da Covid-19, que ainda está presente, infectou cerca de 500 milhões de pessoas e provocou a morte de mais de 6,1 milhões

de pessoas, perturbando nossas mentes e corações e alterando nosso cotidiano. Rapidamente se disseminou a percepção da morte e da possibilidade da morte em quase toda a humanidade.

Em determinado momento passou pela cabeça de muitos de nós que a morte era inevitável e, depois, a certeza de que a maioria das mortes era evitável se fosse outro o comportamento de alguns governos (como o do Brasil, que negou a gravidade da pandemia e depois retardou a vacinação da população) e dos monopólios farmacêuticos, cegos ao drama da humanidade, movidos pela busca de mais lucros, impondo a distribuição desigual das vacinas em desfavor dos países mais pobres, revelando a desumanidade do sistema de produção e da ordem geopolítica global. Mas também nos mostrou a potência da informação e colaboração da população, cuja mudança de hábitos junto com a vacinação barrou a progressão geométrica da infecção e deteve a curva ascendente de mortes.

Essa mesma percepção ainda não ocorreu com a crise ecológica, embora os cientistas e os representantes dos estados reunidos na Convenção sobre a Biodiversidade em Kunming, China, em 2021, tenham constatado que as 20 Metas de Aichi, firmadas em 2010, não tinham sido cumpridas, e denunciaram em alto e bom som que continua a marcha acelerada da extinção das espécies. E diante da pandemia remeteram a continuidade da COP para 2022. A ver.

Mais grave ainda foi o comportamento dos estados e instituições multilaterais na COP 26 da Convenção sobre Mudanças do Clima, em Glasgow, 2021 que deliberadamente não cumpriram as metas anunciadas em Paris, em 2015; e mesmo diagnosticando e datando a emergência climática não ajustaram suas metas nacionais e globais de redução do CO<sub>2</sub>eq ao nível suficiente para deter a tempo a elevação da temperatura média do planeta a 1,5<sup>o</sup> C



Foto: divulgação



Foto: divulgação

acima da temperatura média do período pré-industrial. Adiaram o ajuste para 2022.

Nesse meio tempo, desencadeou-se a guerra na Ucrânia, e a mídia global hegemônica diz incorretamente ser a única em solo europeu depois da guerra de 1939–45, tentando fazer esquecer as guerras pela dissolução da antiga Iugoslávia, no coração da Europa.

Não divulgam nem analisam as guerras ainda em curso no Iêmen, no Mali, e em 20 países africanos; como não fala mais das guerras do Afeganistão, Iraque e Síria, decorrentes de intervenções norte-americanas. A principal diferença da Ucrânia de outras guerras contemporâneas é a percepção de que poderá ser o estopim de uma guerra nuclear, entre os Estados Unidos e a Rússia – motivação geopolítica da mesma.

É simplesmente escandaloso, amoral, que, em 3 de janeiro de 2022, as cinco potências nucleares com assento permanente no Conselho de Segurança da

ONU – Estados Unidos, Rússia, China, França e Inglaterra – tenham assinado e divulgado uma declaração solene de que “não pode haver vencedores em uma guerra nuclear e ela jamais deve ser desencadeada”, e cerca de dois meses depois, em 22/03/2022, a Rússia tenha declarado, pelo seu porta voz, que “se for uma ameaça existencial ao nosso país, então elas podem ser usadas”; e o que é mais grave, em 24/03/2022, o porta voz dos Estados Unidos respondeu que “poderia usar armas nucleares em circunstâncias extremas, mesmo que a Rússia não as utilizasse primeiro”.

Ora, a chantagem da guerra nuclear foi explicitada e sua possibilidade se tornou real. Tanto a Rússia como os Estados Unidos sabem muito bem que estão colocando em risco toda a humanidade, e não apenas seus respectivos povos (o que já seria motivo para evitá-la). Sabem também que uma guerra nuclear global, além de causar morte

direta de centenas de milhões de pessoas e das mais variadas espécies de seres vivos, provocaria mudanças climáticas radicais de longa duração que colocariam em risco a vida no planeta. É a escatologia mais perigosa que vive a humanidade, sendo ela uma das primeiras motivações para a existência do movimento ambientalista lá pelos idos da década de 1970. Só superada com a total extinção das armas nucleares.

Ora, aprendemos com a dor de milhões de mortes e outros milhões de sequelados que o enfrentamento da Covid-19 só foi exitoso aliando-se a participação popular com a ciência. Então porque adiar o enfrentamento da emergência climática, da contenção da extinção acelerada das espécies, da paz na Ucrânia e da eliminação total das armas nucleares?



**Gilney Viana** – Ambientalista.  
Professor Universitário. Escritor.

# UM CALENDÁRIO ASHANINKA

Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha



Foto: divulgação/ Carolina Comandulli

## JANEIRO

A fruta da embaubinha amadurece indicando o melhor tempo para colher o mel de abelha. É um tempo de abundância de mel. O curimatã, como a maioria dos peixes de escama, desova nessa época com as primeiras grandes águas nos rios. O amadurecimento da sapota indica o tempo do acasalamento de várias espécies de macacos. As antas estão com filhotes quando a biorana está madura. O céu nublado e o intenso calor, que antecedem as fortes e volumosas chuvas quase diárias, são características dessa época. Os Ashaninka passam uma parte do tempo dentro de casa, trabalhando em seus artefatos e contando histórias. Limpar o roçado e procurar comida são atividades dos poucos dias de sol de janeiro.

## FEVEREIRO

Os frutos do buriti estão caindo e as antas andam muito nos buritizais; elas chegam a ficar com a banha amarela de tanto comer buriti. É um bom tempo para caçar; as folhas secas do verão apodrecem com a chegada das águas e misturam-se ao barro, por isso já não fazem zoada ao serem pisadas, e o caçador pode chegar mais perto dos bichos sem ser notado. A pupunha está amadurecendo quando os filhotes das araras estão empenando. As araras por sua vez estão magras e com as penas feias porque estão cuidando dos filhotes. As flores da copaíba marcam o auge da estação chuvosa.

## MARÇO-ABRIL

É o tempo em que os macacos estão engordando, comendo a fruta da embaúba que começou a amadurecer. O quati também está gordo. É bom para flechar curimatã no lago, quando chove à tardezinha ou à noite; no dia seguinte bem cedinho, antes de o sol esquentar, os curimatãs ficam na flor d'água comendo o lodo que a água da chuva carregou das árvores para o lago. Pegar jundá no anzol é fácil nessa época, porque ele está à espera da fruta da embaúba que cai na água e acaba engolindo o anzol iscado com essa fruta. A cajarana-do-mato está madura; o jabuti e a anta estão gordos.

## MAIO

As flores do *kotsime* se abrem, marcando a entrada da estação seca. *Potsikiri* e *Shintokiri*, estrelas do verão, já podem ser vistas. Os macacos, muito gordos e pesados, nessa época, comem as flores do *kotsime* para emagrecer. A mutamba floresce em seguida, quando as flores do *kotsime* já caíram. Dos bichos, o sapo-canoeiro é o primeiro a anunciar a chegada do verão e, em consequência, do tempo de começar o trabalho no roçado. O pássaro dorminhoco e o *owiuro* (espécie de gavião) juntam-se formando grupos e passam quase o dia inteiro cantando, lembrando que chegou o verão. É o tempo da flor do urucum-bravo, e o tatu está gordo. A partir de maio e durante toda a estação, muitos bichos frequentam os barreiros para comer barro salgado.

## JUNHO-JULHO

Tempo de fartura de peixes. Tempo de água limpa e cristalina. Tempo de embicheirar; o pescador mergulha em busca dos grandes peixes debaixo dos paus, nas águas mais profundas do rio. Tempo de acampar nas praias, comer muito peixe, coletar ovos de pássaros e beber muita caíçuma. Tempo de longas viagens a varejão para visitar parentes e fazer trocas com os Ashaninka que moram em outros rios. A fruta da orana é o medidor do ovo do tracajá; ele cresce junto com ela. Quando a fruta da orana está caindo, os tracajás estão desovando e as pacas estão gordas. Nessa época também a flor da samaúma está desabrochando.

## AGOSTO

A temporada mais seca do ano inicia-se com as flores do pau d'arco. Quando ele está florido, é ruim para plantar milho; o *mathari*, um inseto que há nessa flor, come as folhas do milho. O período julho-agosto é considerado o auge do verão. O assa-peixe também está florido. É o melhor tempo para queimar

o roçado e para construir novas casas. O curimatã de lago, o saburu, o bode-praiano e o bode-cachoeira estão gordos. A fruta da jarina está madura, avisando que o porquinho também está gordo. É o tempo da fruta da uimba e a época do ano em que os nambus mais cantam; a nambu-azul canta muito à noite. A fruta da urtiga-da-beira-do-rio está madura, os bodes, os caranguejos e os canoieiros estão desovando. No final de agosto, camarões e caranguejos trocam a casca.

## SETEMBRO-OUTUBRO

A fruta da topa está madura, assim como o *manixi* e a *pama* os periquitos estão com os filhotes; a mãe dá da fruta da topa para eles comerem, a fim de que empenem logo. O alencó canta quando os lagos estão com pouca água – isso ocorre no mês de setembro. O mergulhão e o jabuti estão acasalando. Nessa época casais de mergulhões são vistos nas árvores da beira dos lagos, à procura de lugar para fazer ninho. É o tempo de acasalamento de várias espécies de nambu, como a nambu-azul e a nambu-galinha. Quando as flores do assa-peixe secam e as sementes são carregadas pelo vento, os Ashaninka sabem que já está quase acabando o verão.

## NOVEMBRO-DEZEMBRO

Na estação chuvosa, o socó, a saracura e o coró-coró juntam-se em busca dos peixes que ficaram presos nas pequenas lagoas formadas pelas enchentes dos rios. O socó e a saracura fazem a previsão do tempo durante o inverno inteiro. A saracura, quando canta muito à noite ou ao amanhecer, está avisando que vai chover. Quando o socó canta em noite estrelada, é sinal de que vai chover no outro dia; se cantar em noite nublada, o dia seguinte será ensolarado. O socó canta somente no tempo das chuvas. O mutum canta mais entre dezembro e janeiro, chamando a fêmea, que está chocando. É o tempo em que a cana-brava está soltando pendão e estão nascendo os filhotes das cobras. A sapotirana está amadurecendo e, quando ela cai, é sinal de que o capelão, o jabuti e o veado estão gordos.



**Mauro Barbosa de Almeida** – antropólogo.



**Manuela Carneiro da Cunha** – antropóloga, em *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações*. Companhia das Letras, 2012.



Cleiton, Edson Gomes, Samuel Bastos e Everton Espíndola visitam sede da Associação dos Empregados do Banco da República, em Bogotá

# A ELEIÇÕES NA COLÔMBIA E O SONHO DA UNIDADE LATINO-AMERICANA

Cleiton dos Santos

A Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN) integrou a Missão de Observação Eleitoral que o movimento sindical brasileiro - e de muitos outros países - enviou à Colômbia para acompanhar as eleições de 13 de março, que elegeram o novo Parlamento e definiram os candidatos dos partidos ou blocos políticos às eleições presidenciais marcadas para 29 de maio.

Fomos a convite da UNI Américas (federação de sindicatos do setor de serviços do continente), da Confederação Única dos Trabalhadores (CUT) e Central de Trabalhadores (CTC), ambas da Colômbia. Junto comigo integraram a representação da Fetec o secretário de Bancos Públicos, Edson Gomes, o presidente do Sintraf Amapá e diretor da Fetec Samuel Bastos e o secretário de Relações Sindicais do Seeb Campo Grande Everton José Gaeta Espíndola. No total, a delegação brasileira tinha 85 dirigentes, dos quais 28 bancários.

Além de estreitar relações com os movimentos sindical e popular da Colômbia, nossa missão foi fiscalizar o processo eleitoral diante das inúmeras denúncias de possibilidades de fraudes, reunir-se com candidatos e cobrar das autoridades colombianas mais rigor na segurança para conter a violência política durante a eleição.

Segundo a Fundação Paz e Reconciliação, de Bogotá, entre 13 de março de 2021, quando começou o ano eleitoral, até o dia do pleito, houve 144 atos de violência política na Colômbia, que deixaram 188 vítimas, incluindo 22 mortos. A maioria dos atentados e ameaças foi praticada por paramilitares contra candidatos ou eleitores progressistas.

A violência é antiga na Colômbia e prossegue mesmo depois que o movimento guerrilheiro das FARC depôs armas e aderiu ao processo político-eleitoral. Essa é uma trágica realidade em toda Nuestra América, um continente historicamente marcado por golpes militares e violência brutal contra os movimentos sindicais e sociais e contra os que lutam para acabar com a opressão e buscam a emancipação de seus povos. Inclusive no Brasil,

onde a extrema-direita capitaneada por Bolsonaro está impondo uma política de destruição do país.

Os golpes militares evoluíram recentemente para golpes parlamentares-jurídicos-empresariais-imperialistas-midiáticos, visando derrubar governos progressistas e anti-imperialistas, como aconteceu em Honduras, Paraguai, Equador, Bolívia, Brasil e agora está em marcha no Peru contra o recém-eleito presidente Pedro Castillo. São ataques múltiplos e incessantes das oligarquias nacionais, neoliberais e entreguistas contra a frágil democracia no continente.

Mas apesar dessa violência, os democratas e anti-imperialistas resistem em toda a América Latina. Há sinais animadores no horizonte que apontam para a possibilidade de ampliação da onda progressista que recomeçou em 2019 na Argentina e chegou ao México, Bolívia, Peru e Chile - e pode se expandir pela Colômbia e pelo Brasil ainda este ano.

Na eleição colombiana de 13 de março, a coalizão Pacto Histórico escolheu o líder progressista Gustavo Petro como candidato à presidência, elegeu a maior bancada do Senado e empatou com os conservadores na Câmara dos Deputados. Petro lidera as pesquisas de opinião para as eleições de 29 de maio, assim como Luís Inácio Lula da Silva no Brasil.

Uma vitória de Petro e Lula no primeiro e terceiro maiores países sul-americanos tornaria mais concreto o sonho de formação de um amplo bloco político, econômico e diplomático no continente em busca da construção de um projeto comum. Uma oportunidade rara na sofrida história da América Latina.



**Cleiton dos Santos** - Presidente da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN), Conselheiro da Revista Xapuri.



# AGRONEGÓCIO INSISTE EM TIRAR MATO GROSSO DA AMAZÔNIA LEGAL

Keka Werneck



Foto: Ibama

Acelerou a tramitação de mais um projeto inimigo do meio ambiente no Congresso. O Projeto de Lei (PL) 337/2022 ressuscita a antiga intenção de tirar o Mato Grosso da Amazônia Legal. O objetivo é claro: fugir de regras protetivas para permitir o avanço do agronegócio. Os limites da Amazônia Legal foram delimitados em 1953, pela Lei Federal 1.806. A lei determinou que fazem parte dessa demarcação os estados do Acre, Amapá, Amazonas, de Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, do Tocantins e parte do Maranhão.

Produtores rurais defendem o PL porque, se aprovado, não precisarão mais manter 80% de suas propriedades preservadas, como exige a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (12.651/2012). Esse é o percentual determinado para o bioma amazônico. Eles passariam a ficar sujeitos às regras para o Cerrado (35%) ou campos gerais (20%).

O PL 337 foi apresentado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em 22 de fevereiro e, como outros projetos do gênero, seu trâmite foi acelerado e o

texto já está sendo analisado em comissões. O relator, deputado federal Neri Geller (PP), confirma que “superou outros que estão na fila há tempos”.

“É suicídio”, resumiu o presidente da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt), Crisanto Rudzö Tseremey’wá. A organização representa 52 mil indígenas brasileiros das 43 etnias que habitam o estado. Para Crisanto, o PL 337 tem o falso propósito de garantir comida aos brasileiros e vem, na verdade, autorizar excessos do

agronegócio e liberar o desmatamento em reservas. Faz parte de um contexto que se soma ao recente PL 191, que autoriza mineração em territórios indígenas, e aos outros projetos que estão em diferentes fases de tramitação no Congresso, mas são de interesse do governo Bolsonaro.

“Tenho plena consciência de que esta é mais uma peça sendo mexida no quebra-cabeças do poder. Este projeto já foi engavetado e agora volta em contexto de acirramento dos ataques ao planeta, que já dá sinais de extinção”, adverte o líder indígena Crisanto.

Ianukulá Kaiabi Suia, presidente da Associação Terra Indígena Xingu (Atix), reforça que o PL 337 não é um projeto isolado e compõe um pacote “bomba” que se intensifica nesse momento. “É o jogo em andamento. Matar os povos indígenas através das leis. Há 30, 40 anos, falava-se em aculturação à base de força, extermínio físico mesmo. Hoje estamos cada vez mais conscientes de que a dominação por parte do governo se dá por outras estratégias. Procura-se fazer a mesma coisa, mas através desses PLs que estão tramitando faz tempo. Hoje estamos confrontando com o 337”, afirma o presidente da Atix, que representa 16 povos do Xingu.

“No nosso modo de ver, não precisa de muitas explicações para ele ser traduzido. Tem interesses econômicos, quer fazer com que o Estado se livre de várias regras que impõem condições de produção dentro do bioma amazônico. Não quer saber o que o bioma significa para o Estado, para quem vive nele, mas sim como lucrar sobre ele”, afirma Ianukulá.

Crisanto acusa os sulistas, que migraram para Mato Grosso principalmente nas décadas de 1970 e 1980, por essa mentalidade exploratória e colonizadora. “Antes deles, vivíamos em paz, até chegarem esses gafanhotos humanos, que têm a consciência virada para trás, que só pensam em lucro e dinheiro”, critica.

## PARLAMENTAR RURALISTA

De fato, o PL 337 tem um DNA sulista. O autor do projeto é o deputado federal Juarez Costa (MDB), Natural de Londrina, atualmente é empresário e político em Sinop, uma das cidades fortes do agronegócio, no norte de Mato Grosso. Para justificar sua propositura, o parlamentar defende que MT é o maior produtor agropecuário de todo o país, gera milhares de empregos e produz toneladas de alimentos, porém precisaria ir além.

“Mesmo com todo esse esforço produtivo, ainda falta comida na mesa do brasileiro, temos escassez de alimentos, o que torna esses produtos cada vez mais caros. Estamos no limite do potencial produtivo em função de um entendimento errado na legislação ambiental sobre o bioma do território do Mato Grosso”, diz.

Costa afirma que é preciso derrubar regras que considera rígidas demais para fomentar a agropecuária. “O objetivo é aumentar a produção, gerar mais empregos, baratear o preço dos produtos e continuar preservando o meio ambiente, como o estado já vem fazendo”, conta.

A ambientalista Alice Thuault discorda do argumento. “É descabido. Alguns mitos do agro precisam ser colocados às claras e investigados, como o mito de que é preciso produzir mais para matar a fome, enquanto na verdade a questão da fome é muito mais de acesso aos alimentos do que outra coisa. Vejo um discurso anti-ambientalista muito claro que também está presente na tentativa de aumentar a produtividade em territórios indígenas”, afirma Alice, que é diretora-executiva do Instituto Centro de Vida (ICV) e integrante do coletivo Observa-MT. Para a ambientalista, o PL se insere dentro de um jogo político-eleitoral. “É algo que dá ibope, dá likes, cria um apelo junto às massas, porém, no final, acaba sendo simplesmente uma estratégia dentro de um contexto eleitoral.”

Alice lembra de outras tentativas no Congresso de desmembramento de MT da Amazônia Legal, mas não tão propícias à efetivação e “nenhuma tão perto do gol”.

## PROPOSTA JÁ FOI RECUSADA

Em 2007, no governo Lula (PT) e com Marina Silva (Rede) como ministra de Meio Ambiente, o então senador, hoje já falecido, Jonas Pinheiro (DEM), requereu alteração no Código Florestal para retirar Mato Grosso, Tocantins e Maranhão dos limites da Amazônia Legal. Mas a Organização das Nações Unidas (ONU) trazia o debate sobre o aquecimento global no mundo e houve forte pressão social. O projeto não prosperou.

Em 2011, o agora relator do PL 337, deputado Neri Geller, desengavetou o projeto de Jonas Pinheiro, com modificações, para livrar apenas o raio do paralelo 13 a 16, o que favoreceria os municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop, que são as principais referências na produção de soja em Mato Grosso. A ideia também não foi adiante, segundo Geller, porque ele estava na suplência e depois deixou o Congresso.

De volta à Casa, Geller afirma que fará agora uma discussão com a sociedade, sem pressa, incluindo ainda a questão da remuneração do passivo ambiental, ou seja, do “lixo” que o agronegócio produz.

Herman Oliveira, secretário-executivo do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), que articula 30 organizações socioambientais, avalia que essa questão da retirada de Mato Grosso da Amazônia Legal agora volta à pauta “de forma descarada e irresponsável”. Ele se refere a este trecho do PL: “Retirar o estado da Amazônia Legal reduziria essa exigência ao piso de 20%, poupando os produtores mato-grossenses das despesas necessárias à manutenção de até 80% de terras sem uso agropecuário.”

O presidente da Fepoimt reforça que ganhos econômicos são imediatistas e podem trazer grandes perdas subsequentes. “Eu ando nesse Mato Grosso de cima abaixo, os rios estão secando, as nascentes sofrendo, vejo os próprios agricultores fazendo cisternas, tirando água do subsolo para poder regar. Até quando vão conseguir plantar, até quando nosso planeta vai aguentar essa agressão em nome do dinheiro e do lucro?”, questiona. “Se desmatarem tudinho, de Suiá Missú até Aripuanã (ou seja toda amazônia mato-grossense), onde vão buscar água para regar as plantações?”

### AQUECIMENTO GLOBAL

Diante da chuva de projetos antiambientais, a cientista Michele Tomoko Sato se mostra aflita. Ela diz se identificar com o personagem do ator Leonardo de Caprio (Randall Mindy), no filme *Não Olhe para Cima* (de Adam McKay). Na ficção, o cientista tenta, desesperadamente, alertar a Humanidade para a aproximação de um cometa, com capacidade de destruir a Terra. Na vida real, os “cometas” seriam os PLs anti-ambientais.

Sato é professora e pesquisadora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e assume a desconfortável missão de expor verdades incômodas. “As pandemias, por exemplo, surgem da agressão à natureza. O agronegócio é responsável por grande liberação de patógenos, tais como os causadores da gripe aviária e uma diversidade de enfermidades. A devastação da Amazônia é uma perspectiva explícita desse desastre”, explica. A pesquisadora lembra que o agronegócio é responsável pela liberação de gases metano e dióxido de nitrogênio, muito mais danosos que o CO<sup>2</sup>. Por causa da atividade do agronegócio, o Brasil é um dos maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo. E que a

maior parte dos grãos produzidos serve de ração animal, sepultando a desculpa de que ele iria para a mesa das pessoas.

“O ser humano foi moldado a desejar o desenvolvimento e pensar só nele. Esse pensamento antropocêntrico, da natureza estar a serviço da humanidade, gerou uma coisa medonha chamada desenvolvimento, e as pessoas se movem por ele e não querem nem saber do resto. Sendo assim, a Terra vai entrar em colapso, já está entrando, dá sinais de extinção, é uma catástrofe. Mas não se pode entregá-la assim de bandeja. Vamos lutar até o fim. Não podemos perder esperança. Perder a esperança é perder a humanidade”, diz a professora da UFMT. Diante do PL 337, ela formou um grupo que articula um abaixo-assinado. Até o fechamento desta reportagem, contava com mais de 5 mil assinaturas.

### “NÃO VAMOS DESISTIR”

Crisanto, presidente da Fepoimt, conclama o povo indígena a não cair em mais um engano. “Desde a

chegada dos portugueses, há 500 anos, os povos indígenas foram enganados com espelho, fogo em cima das águas, depois houve tentativa de nos integralizar à sociedade nacional, a captura de cidadãos indígenas para serem escravos, sempre resistimos. Mas a elite dos coronéis não descança. Hoje eles se chamam elite da sociedade brasileira agrária, mineradora e tudo mais. Nosso país é rico, nós temos minério, muita terra. Não vamos desistir.”

Ele vê risco maior na tramitação “a todo vapor” de projetos ambientais neste final de governo do presidente Jair Bolsonaro. “Aproveitam-se até da falta de alimentação na Ucrânia, devido à guerra, para justificar a necessidade de aumento de produção do agro. Mas quem alimenta o país é a agricultura familiar, é bom a gente se lembrar disso”, finaliza.



**Keka Werneck** – jornalista mineira, formada pela UFJF, atua em Cuiabá (MT) há mais de 20 anos. Esta matéria foi publicada originalmente no site <https://amazoniareal.com.br/pl-337/> em março de 2022.





# Dia da Terra

Eduardo Galeano

Certa vez, Einstein disse:

– Se as abelhas desaparecessem, quantos aos de vida sobrariam para a terra? Quatro? Cinco? Sem as abelhas não há polinização, e sem polinização não há plantas, nem animais, nem gente.

Ele falou isso numa roda de amigos.

Os amigos riram.

Ele, não.

E agora acontece que existem cada vez menos abelhas no mundo.

E hoje, [22 de abril], Dia da Terra, vale lembrar que isso não acontece por vontade divina nem maldição diabólica,

e sim por causa do assassinato dos bosques nativos e da proliferação dos bosques industriais,

por causa dos cultivos de exportação, que proíbem a diversidade da flora,

por causa dos venenos que matam as pragas enquanto matam a vida natural,

por causa dos fertilizantes químicos que fertilizam o dinheiro e esterilizam o solo,

e por causa das radiações de alguns aparelhos

que a publicidade impõe à sociedade de consumo.



**Eduardo Galeano** – Escritor Revolucionário, em *Os Filhos dos Dias*, Editora L&PM, 2ª edição, 2012.





Foto: SINPRO-DF

# BRASÍLIA: CAPITAL DA RESISTÊNCIA INDÍGENA

Rosilene Corrêa

No aniversário de Brasília, queremos respeito aos povos indígena.

No próximo dia 21 de abril, Brasília faz 62 anos. A cidade conhecida mundialmente pelos traços arquitetônicos modernos de Oscar Niemeyer já acolheu muita gente do país inteiro. Mas a Brasília que abraça, é a mesma que expulsa quando falamos da comunidade indígena.

Brasília foi construída na década de 1960 também com o suor do povo indígena que já habitava a área do planalto central. MQas a importância desses povos na história da capital federal – bem como a de quilombolas – foi apagada. Aliás, é com o apagamento da memória indígena que se forja o salvo conduto para invadir suas terras e violentar suas comunidades.

Na cidade onde o líder indígena Galdino foi cruelmente assassinado por jovens da classe média –inocentados após atarem fogo no corpo do homem –, segue a ameaça às crianças, aos jovens, aos adultos e idosos indígenas que moram no Santuário dos Pajés.

A área que fica próxima ao Noroeste, um dos bairros mais caros de Brasília, é alvo de batalha judicial desde a década de 1980. De um lado, a luta de indígenas para assegurar suas terras. De outro, a mão grande e cruel da especulação imobiliária e a complacência dos governos federal e distrital.

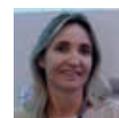
Com a resistência dos povos indígenas, o Santuário dos Pajés foi demarcado. Mas durante a construção do Noroeste, teve seus cemitérios indígenas e sítios arqueológicos atropelados por tratores.

O Santuário dos Pajés e seus arredores continuam sendo cobiçados por aqueles que insistem em subir prédios milionários sobre a vida e a cultura indígena na capital do Brasil.

É por isso e por toda história e relevância dos povos indígenas que a população de Brasília deve reverenciar a chegada de mais de 120 povos de todas as regiões do país, reunidos na 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL).

Acampados próximo à Funarte desde o dia 4 de abril, cerca de 8 mil indígenas têm na pauta o combate ao projeto de lei 191/2020, que pretende abrir as terras indígenas para a exploração da mineração, construção de hidrelétricas e desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura. Essa é mais uma investida do governo federal para promover a especulação imobiliária sobre as terras indígenas e beneficiar o agronegócio. O PL 191/2020 tramita em regime de urgência, e esse é apenas um dos vários projetos de lei e decretos que formam o pacote da destruição.

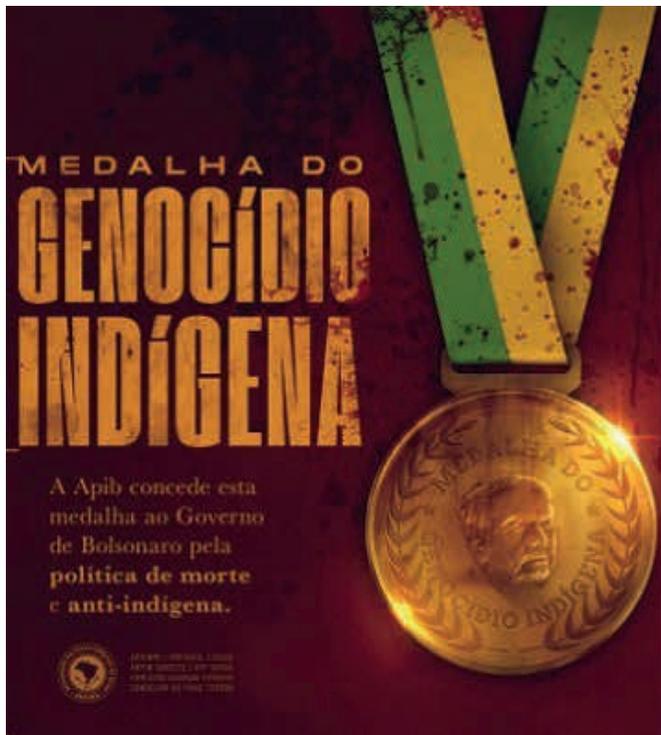
Que Brasília ganhe de presente de aniversário de 62 anos a consciência sobre a importância das causas indígenas e se some enquanto parceira incondicional dessa luta. Que implemente em todas as suas escolas a educação voltada para o respeito às tradições, organizações e culturas das centenas de povos que habitam não só a capital federal, mas todo o Brasil. Que a sexagenária Brasília também possa ser referencial de resistência a todas as investidas da especulação imobiliária, do agronegócio, dos grandes produtores e de seus representantes, dentro e fora do governo.



**Rosilene Corrêa** –  
Diretora do Sinpro/  
DF. Conselheira da  
Revista Xapuri.

# O REVERSO DA MEDALHA: FLORES NO VELÓRIO DOS ÍNDIOS

José Bessa Freire



**“ Não entendo quem escolhe o caminho do crime, quando há tantas maneiras legais de ser desonesto. ”**

Alphonse Gabriel, precursor e inspirador do Centrão. ”

**S**eus avós italianos, que nasceram perto de Nápoles, atravessaram o Oceano Atlântico para viver nessas bandas de cá do continente. O pai – um honesto vendedor de verduras – jamais imaginaria que seu filho enriqueceria ilicitamente com recursos públicos de “rachadinhas” e que, para escapar à prisão, subornaria juízes, policiais e

políticos. Ou que fingiria ser benfeitor dos pobres para limpar a imagem sebosa manchada por armas, crimes e associação com milícias. Nem que um dia seria esfaqueado em praça pública.

A facada foi na barriga? Não. Foi na cara de Alphonse Gabriel Capone, gangster histórico, que ficou com três cicatrizes, daí o apelido de *Al Scarface* Capone. Na Grande Depressão de

1929, ele enganou os trouxas, distribuindo sopa gratuita a desempregados. Condenado a onze anos de prisão, não pelos homicídios que praticou, mas pela “rachadinha” – a “*tax evasion*” dos EUA, foi solto antes de cumprir a totalidade da pena, acometido de demência e de sífilis, que não tratou por ser contra injeções. Já não falava coisa com coisa.



Vários filmes registraram os assassinatos cometidos por Al Capone, um deles interpretado por Robert de Niro, o outro por Al Pacino. O mafioso, que matou pessoalmente seus desafetos ou mandou fuzilá-los, cometeu um crime ainda mais ultrajante: enviava coroas de flores aos velórios de suas vítimas *“para debochar e rir da impunidade, mas também para suscitar dúvidas nos familiares sobre aquilo que toda a sociedade sabia: ele era o assassino, o mandante do crime”* – segundo o escritor Eduardo Galeano.

Qualquer semelhança com nomes, pessoas, fatos ou situações da vida real do Brasil atual será mera coincidência? A resposta pode ser encontrada nas *Medalhas do Mérito Indigenista* autoconcedidas pelo ministro da Justiça Anderson Torres, na quarta-feira (16 de março), a si mesmo, a seu chefe e a seus colegas.

### REVERSO DA MEDALHA

Os autoagraciados com a medalha foram Jair Bolsonaro (PL – vixe) e mais nove ministros, três deles generais espertalhões e vorazes: Braga Netto, Luiz E. Ramos e Augusto Heleno – aquele que *“gritava pega Centrão”*; o ex-oficial do Exército Tarcísio de Freitas (Infraestrutura); o delegado da Polícia Federal Marcelo Xavier (Funai); o coronel Aginaldo de Oliveira (Força Nacional) e o civil Marcelo Queiroga (Saúde), que vai pendurar a medalha na camiseta militar que sempre usa. Todos gente finíssima e sem-vergonha.

A medalha concedida – segundo o Diário Oficial – é um *“reconhecimento pelos serviços relevantes em caráter altruísticos, relacionados com o bem-estar, a proteção e a defesa das comunidades indígenas”*. Concedê-la a inimigos dos índios é deboche, escárnio, tentativa de colocar dúvidas naquilo que a parte sã da sociedade brasileira já sabe, porque conhece a folha corrida de agressões aos



Imagens: TaQuiPraTi.

direitos indígenas praticados por eles. Essas medalhas são como as flores enviadas ao velório dos índios por seus algozes.

Por isso, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que vai contestar na Justiça a afronta, propôs trocar a Medalha do Mérito pela Medalha do Genocídio como reconhecimento da necropolítica, que incentiva o garimpo a invadir as terras indígenas e que vetou, em plena pandemia, a distribuição de água potável às aldeias, cujos rios foram contaminados e empoalhados pela mineração. A APIB, coordenada por Sônia Guajajara, já denunciou Bolsonaro ao Tribunal Penal Internacional de Haia.

Com a cumplicidade de Arthur Lira e do Centrão, que *“conhece as formas legais de ser desonesto”*, Bolsonaro montou a farsa de usar a guerra da Ucrânia para exigir celeridade na aprovação da mineração em terra indígena. Dessa forma – quem sabe? – nem será preciso usar a incompetente cavalaria brasileira *“para exterminar os índios, como fez a cavalaria americana”*, conforme seu discurso em 16 de abril de 1998 na Câmara dos Deputados.

### NÓS E ELES

A cerimônia de entrega da Medalha ocorrida na sexta (18) no Palácio da Justiça não foi aberta à imprensa, nem constou na agenda oficial do presidente da República, mas fotos dele, em campanha pela reeleição, com um cocar colorido na cabeça e outra com uma curumim no colo, foram liberadas pela Agência Brasil. Numa prova de que a partifaria não tem limites, Bolsonaro confirmou em discurso sua intenção criminosa de se apresentar como modelo para os índios:

– *“Queremos que vocês façam em suas terras exatamente o que nós fazemos na nossa”* – ele disse, sem detalhar o que é *“que nós fazemos”*: desmatamento, queimadas, morte dos rios, assassinato de Marielle, *“rachadinhas”*, expansão das milícias. *“O que sempre quisemos foi fazer com que vocês se sentissem exatamente como nós”* – prosseguiu, sem especificar que o *“nós”* é *“ele”* e sem citar a homofobia, o racismo, o preconceito, a discriminação, a *“vacina que causa Aids”* e a cloroquina que salva.



Foto: TaQuiPrati.

As organizações indígenas, que respeitam a Mãe Terra, foram unânimes em manifestar que não querem seguir o “nosso” mau exemplo. Além da APIB, a COIAB – Coordenação das Organização Indígenas da Amazônia Brasileira, a FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, o Mupoiba – Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia e tantas outras repudiaram a cerimônia de entrega da medalha.

Da cerimônia, não participaram três fardados: o militar inativo da Marinha Jussielson Silva, coordenador da Funai (MT), o sargento da PM Gerrard Souza e o ex-PM Enoque Souza, acusados do crime de arrendar em benefício próprio as terras indígenas a produtores rurais. Foram presos um dia antes na Operação *Res Capta* por aquele setor republicano da Polícia Federal que ainda resiste à intervenção na instituição. Ah, ausente também

o subtenente da PM, Fabricio Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro! Cadê o Queiroz?

### FLECHADA NO PEITO

A condecoração da *Medalha do Mérito Indigenista* foi instituída em 1972 para homenagear pessoas que se destacam pelos trabalhos em defesa dos direitos, das culturas, das línguas e das terras dos povos indígenas, como são os casos de Darci Ribeiro, Tomás Balduino, Pedro Casaldaliga, Raoni e do sertanista Sydney Possuelo, 81 anos, que recebeu a honraria há 35 anos e que agora devolveu a medalha dentro do estojo, acompanhada do PIN, do broche e da cópia do diploma, por recusar a companhia daqueles que se autoconcederam a honraria sem merecê-la.

Possuelo já presidiu a Funai, organizou expedições para proteger povos isolados e demarcou

o território Yanomami. Na carta entregue ao desmoralizado ministro da Justiça, ele condenou históricas “atrocidades cometidas por representantes de sociedades que se acreditam civilizadas” e manifestou seu “espanto” com a condecoração a Bolsonaro que, entre outros danos graves, “ofende a memória do marechal Rondon”. Dessa forma, lavou a alma de todos nós, invalidou as medalhas, jogando-as na lata do lixo e deixou os emeraldados do tamanho que são: diminutos.

Foi o que dissemos na entrevista sobre o tema ao jornalista Anderson Gomes, no Programa Faixa Livre da Rádio Band/RJ, nesta quinta-feira (17). Um ouvinte comentou que a provocação do Ministério das Justiça constituía uma “flechada no peito” de todos nós, por naturalizar condutas criminosas e manipular a memória coletiva, criando uma “heroicidade” estampada numa medalha agora desqualificada por quem a ganhou por reconhecidos méritos.

O cinismo de Al Capone parece continuar depois de morto. Em sua lápide está escrito: “*My Jesus, Mercy*” (Misericórdia, meu Jesus). Ele pede a Deus aquilo que não concedeu em vida aos outros. Quando chegar a hora, o que será escrito no túmulo do brasileiro *Al Belly Cut* e de seus asseclas? O que eles farão com as medalhas que se autoconcederam? Quem deles se lembrará? Será que o Brasil despertará do pesadelo? Cartas para a redação.



#### **José Ribamar Bessa**

**Freire.** – Professor Universitário. Escritor. Crônica publicada em seu blog [www.taquiprati.com.br](http://www.taquiprati.com.br) Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



# PACHA MAMA =

## A MÃE TERRA DA CULTURA ANDINA

— Zezé Weiss

Para os povos andinos, herdeiros da civilização Inca, da Bolívia ao Peru ao Equador, do noroeste argentino ao extremo norte do Chile, Pacha Mama, ou Pache Mama, ou PachaMama, simboliza a Mãe Terra, provedora do sustento e do alento necessários para manter a vida em harmonia neste nosso planeta Terra.

De Aymará, seu nome, entretanto, vem do quéchua: termos *mama* (mãe, maternidade) e *pacha* (o tempo e o espaço, a terra, o divino, o sagrado) se fundem em uma só palavra-conceito,

para expressar o sentido mais amplo e profundo da deidade máxima da cultura andina.

Força suprema do feminino, como Mama ela reúne em seu seio os poderes maternos, em especial o de doar alimentos aos seres vivos, seus filhos e filhas. Como Pacha, ela controla o tempo e os movimentos do Universo. Ela pode ser o dragão da montanha causando terremotos ou uma anciã que vive serena na floresta, como o próprio corpo da Terra.

Deidade suprema, os andinos a honram como: Mãe – das mon-

tanhas e dos povos que nelas vivem; Senhora – dos frutos, dos rebanhos, da fertilidade e de todos os bens da natureza; Guardiã – contra as pragas, as geadas e os males do mundo; Protetora – nas caçadas, nas viagens, nas aventuras; e Padroeira – da agricultura, da tecelagem e de uma infinidade de rituais espontâneos e de cerimônias tradicionais, sempre cuidadas por mulheres.



**Zezé Weiss -**  
Jornalista

# UBUNTU: UMA SAÍDA DA BARBÁRIE

Leonardo Boff



Foto: divulgação

A pandemia mostrou uma abissal desigualdade mundial e uma falta cruel de solidariedade para com aqueles que não podem fazer o distanciamento social e deixar de trabalhar senão não têm o que comer. Para sermos concretos: não abandonamos ainda o mundo da barbárie e, se já a havíamos deixado, retornamos a ele. O nosso mundo não pode ser chamado de civilizado porque um ser humano

não reconhece e acolhe outro ser humano, independente do dinheiro que carrega no bolso ou tem depositado no banco ou de sua visão de mundo e de sua inscrição religiosa.

A civilização surge quando os seres humanos se entendem iguais e decidem conviver pacificamente. Se isso é assim, estamos ainda na antessala da civilização e navegamos em plena barbárie. Esse cenário é

dominante no mundo de hoje, agravado ainda mais pela intrusão do Covid-19. Ele ganhou sua mais perversa expressão pela cultura do capital, competitiva, pouco solidária, individualista, materialista e sem nenhuma compaixão para com a natureza.

Neste contexto vexaminoso duas alternativas nos podem salvar: a solidariedade e o internacionalismo.

## A SOLIDARIEDADE

A *solidariedade* pertence à essência do humano, pois se não tivesse havido um mínimo de solidariedade e de compaixão, ninguém de nós estaria aqui falando destas coisas. Foi necessário que nossas mães nos tivessem solidariamente acolhido, nos abraçado, alimentado e amado para podermos existir. Sabemos pela bioantropologia que foi a solidariedade de nossas ancestrais antropóides que se tornaram humanos e, com isso, civilizados, quando começaram a trazer a comida ao grupo, repartirem-na solidariamente entre si e exercerem a comensalidade. Esta ação continua ainda hoje, quando muitos grupos, especialmente os Sem-Terra, se mostraram solidários, distribuindo dezenas de toneladas de agroalimentos e muitas centenas de marmitas para saciar a fome de milhares nas ruas e periferias de nossas cidades.

## O INTERNACIONALISMO

O *internacionalismo* acompanha a solidariedade. Ele parece óbvio: se o problema é internacional, deveria haver também uma solução internacionalmente concertada. Mas quem cuida do internacional? Cada país cuida de si mesmo como se não houvesse nada para além de suas fronteiras. Ocorre que atualmente inauguramos a fase nova da história da Terra e da Humanidade: a fase planetária, a da única Casa Comum. Os vírus não respeitam as fronteiras nacionais. O Covid-19 atacou a Terra inteira e ameaça a todos os países sem exceção. As soberanias mostraram-se obsoletas. Que seria dos velhinhos da Itália, gravemente infectados pelo Covid-19, se não fosse a solidariedade de Angela Merkel da Alemanha que salvou a grande maioria deles? Mas isso foi uma

exceção para mostrar que é pela superação do nacionalismo envelhecido em nome do internacionalismo solidário que poderá ser encontrado um caminho de saída para a nossa barbárie.

É nesta perspectiva que consideramos inspiradora uma categoria fundamental, vinda da África. Muito mais pobre que nós, ela é mais rica em *solidariedade*. Esta vem expressa pela palavra *Ubuntu*, que significa: *eu só sou eu através de você*. O outro, portanto, é essencial para que eu exista enquanto humano e civilizado. Inspirado pelo *Ubuntu*, o recém-falecido arcebispo anglicano Desmond Tutu encontrou, para a África do Sul, uma chave para a reconciliação entre brancos e negros na Comissão da Verdade e da Reconciliação.

Como ilustração como o *Ubuntu* está enraizado na culturas africanas, consideremos este pequeno testemunho: um viajante europeu e branco se extasiou com o fato de que, sendo mais pobres que a maioria, os africanos eram menos desiguais. Quis saber o porquê. Idealizou um teste. Viu um grupo de jovens jogando futebol num campo cercado de árvores. Comprou um bela cesta de diversos e coloridos frutos e a colocou no alto de um pequeno morro. Chamou os jovens e lhes disse: “Lá no alto há uma cesta cheia de saborosos frutos. Vamos fazer uma aposta: vocês se colocuem todos em fila e quando der o sinal, comecem correr. Quem chegar primeiro lá no alto, ganhou a cesta de frutos e poderá comer sozinho quanto quiser”.

Deu o sinal de partida. Coisa curiosa: todos se deram as mãos e juntos correram para o alto, onde estava a cesta. Começaram a saborear solidariamente os frutos.

O europeu, estupefacto, perguntou: por que fizeram isso? Não era o primeiro a chegar e poder comer sozinho os frutos? Todos gritaram unanimemente: *Ubuntu! Ubuntu!* E um jovem, um pouco mais idoso, lhe explicou: “Como um de nós poderia

ficar feliz sozinho se todos os demais ficariam tristes?” E acrescentou:

“Meu senhor, a palavra *Ubuntu* significa isso para nós: “Eu só posso ser eu por meio do outro. Sem o outro eu não sou nada e ficaria sempre sozinho. Sou quem sou porque sou através dos outros. Por isso que repartimos tudo entre nós, colaboramos uns com os outros e assim ninguém fica de fora e triste. Assim fizemos com a sua proposta. Comemos todos juntos. Todos ganhamos a corrida e juntos desfrutamos dos bons frutos que nos trouxe. Entendeu agora?”

Este pequeno relato é o contrário da cultura capitalista. Esta imagina que alguém é tanto mais feliz quanto mais pode acumular individualmente e usufruir sozinho. Por causa desta atitude reina a barbárie, há tanto egoísmo, falta de generosidade e ausência de colaboração entre as pessoas. A alegria (falsa) é de poucos ao lado da tristeza (verdadeira) de muitos. Para viver bem, em nossa cultura, muitos têm que viver mal.

Entretanto, por todas as partes na humanidade, estão fermentando grupos e movimentos que ensaiam viver essa nova civilização da solidariedade entre os humanos e também para com a natureza. Cremos que começou a construção da Arca de Noé. Ela nos poderá salvar se o Universo e o Criador nos concederem o tempo necessário. Fora da solidariedade e o do sentido internacionalista pereceremos em nossa barbárie.



**Leonardo Boff** - Ecoteólogo. Escreveu, entre outros: *Covid-19, a Mãe Terra contra-ataca a humanidade*, Vozes 2020; *Habitar a Terra: qual o caminho para fraternidade universal?* Vozes 2121.





demonstrou, naqueles idos, que uma indígena podia liderar e ser amada. Paraguaçu cortou mares e aportou na França de Catarina de Médicis e daí veio sua outra alcinha e graça.

Antes disso tudo, precisou que um navio naufragasse em costas brasileiras, na localidade de *Maiririquiig* (atual largo da Mariquita, no bairro do Rio Vermelho) em solo baiano e sobrevivesse Diogo Álvares Correia, o Caramuru. Esse apelido foi dado pelos indígenas ao encontrarem o sobrevivente em uma loca, escondido, se assemelhando com um caramujo ou ainda a um peixe moreia.

À primeira vista, seu fim estaria perto, pois os Tupinambás praticavam o canibalismo. Esse ritual fazia parte da cultura desse povo. Ao se alimentarem de um branco ou de inimigos, acreditavam que a força do guerreiro sacrificado também passaria a habitar neles. Porém, o naufrago carregava uma espingarda e o Cacique Taparica resolveu poupar o moço. Ofereceu sua mais bela filha ao português e ganhou a arma de presente. Daí para frente estabeleceu-se uma amistosa relação entre os Tupinambá e Caramuru.

Essa história já foi contada em série na TV e no filme *Caramuru – A Invenção do Brasil*, de Guel Arraes. Depois de ser acolhido pelos Tupinambá e seu Cacique Taparica, que habitava o local, ele teve a oportunidade de conviver com os indígenas e se envolveu com as nativas. Conta-se que teve filhos com muitas delas, incluindo Moema, irmã mais velha de Paraguaçu que foi por Caramuru abandonada, para depois levar Paraguaçu para a França e desposá-la segundo costumes europeus.

Caramuru passou a integrar a tribo e a praticar sua cultura e costumes, representou importante papel e mostrou seu valor de guerreiro fiel ao enfrentar outra tribo e ajudar os Tupinambá a vencer uma batalha na ilha do Medo/Baía de Todos os Santos, perto da capital baiana. Como prêmio e presente: o direito de se casar com a filha do cacique.

Paraguaçu enfeitiça o navegante Diogo Álvares Correia que, caído de amores, a toma como legítima esposa. Dessa forma, passa a ser a mãe dos

primeiros mestiços entre brancos e índios legitimamente reconhecidos no Brasil. Forma a primeira família miscigenada brasileira. Ela facilmente se adapta à cultura colonizadora e ajuda o marido na tarefa de fundar Salvador; abriu igrejas e protegeu conventos. Em testamento existente até hoje no Mosteiro de São Bento da Bahia, legou todos seus bens aos monges beneditinos. Os restos mortais de Paraguaçu estão na Igreja e Abadia de Nossa Senhora da Graça, em Salvador.

Existe também uma imagem de Catarina Paraguaçu que se encontra aos pés do Caboclo do Dois de Julho, monumento localizado na Praça do Campo Grande no centro de Salvador. Comprova-se, portanto, a real significância da indígena para a construção da capital baiana.

A índia tupinambá Catarina Paraguaçu, nascida na Ilha de Itaparica, tem o seu nome definitivamente ligado à história da formação do Brasil, que começa na Bahia. A importância da índia nas plagas baianas pode ser medida pelas referências à sua figura em Salvador.

Catarina Paraguaçu, então, foi levada à aldeia onde Caramuru morava, ficava no atual bairro da Barra, e lá passou a morar, tornando-se esposa de Caramuru. Em 1528, Catarina Paraguaçu teria sido a primeira brasileira a ser batizada pela Igreja Católica com o nome de Catherine du Brésil. Era o início de uma história de amor, de conquista, mas também de renegação cultural e de menosprezo pelos costumes indígenas. Ela deixou também a crença em Tupã e passou a ser uma dedicada devota à fé cristã e à Virgem Maria. Existe uma tela a óleo no Arquivo Público do estado da Bahia de Manoel Lopes Rodrigues, que retrata a devoção de Paraguaçu aos costumes religiosos católicos.

Depois, em 1534, com a implantação das capitâncias hereditárias, o donatário Francisco Pereira Coutinho passou a ameaçar a convivência dos índios e os negócios de Caramuru, cuja influência sobre os índios havia diminuído consideravelmente. Porém, o estrago cultural era irreversível haja vista que

os Tupinambá tiveram contato com outro tipo de poder e para os portugueses o valor dos indígenas era bem ínfimo. Sequer eram considerados como seres pensantes.

Em 1549, Tomé de Sousa foi designado Governador-geral do Brasil pelo rei de Portugal e aportou na Barra, em Salvador, para oficializar a fundação da cidade. Nesta história Paraguaçu, como indígena e como mulher, também não seria bem-vinda.

O casal passou a ser vítima de diversos tipos de explorações europeias, eles foram despejados de sua terra no bairro da Graça em Salvador e obrigados a se mudarem para um terreno em uma área mais afastada. Foram jogados no esquecimento social e conheceram o preconceito e a pobreza. Paraguaçu continuou firme ao lado do esposo, de seu amor. Foi exemplo de mãe e mulher de força. Diogo sucumbiu, ela partiu muitos anos mais tarde.

Fica para todas as brasileiras e todos os brasileiros uma profunda reflexão sobre a necessária decolonialidade. Precisamos resgatar a importância dos povos indígenas. Valorizarmos suas múltiplas culturas. Encontrar um caminho para resistir e desconstruir padrões estabelecidos pelos que nos impingiram, inclusive, a mudança de nosso idioma original e materno.

Conceitos e perspectivas foram impostos aos povos indígenas de maneira a deixá-los subalternos e humilhados durante quase seis séculos. E continua vigente a sanha de destruição dessas culturas e povos. Que possamos pensar a decolonização como processo de libertação, que pensemos uma modernidade diferentemente da que foi realizada e que saibamos respeitar o que não é igual.

Por uma nova postura territorial, ambiental e governamental, que respeite nossa ancestralidade indígena. E para Catarina Paraguaçu, um salve!



**Iêda Vilas-Bôas (1963–2022)** – Escritora, Conselheira da Revista Xapuri.

# 23<sup>a</sup>

## Semanal Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública

A educação no centro do projeto de Nação:

*Um outro Brasil  
é possível!*



**CNTE** Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação  
[www.ente.org.br](http://www.ente.org.br)

Filiada à  
**CUT**  
BRASIL

Intercâmbio  
da Educação

**FNPE**  
Fórum Nacional Popular de Educação



## **Dia 25/4/22 (segunda-feira)**

**Tema:** Reforma do Ensino Médio versus Currículo Integral

### **Sugestões de atividades:**

- Enviar e-mails para os Deputados Federais e Senadores pedindo a revogação da lei do Novo Ensino Médio e promover um tuitaço com o mesmo tema.
- Promover debate com os estudantes e/ou pais/mães/responsáveis, a partir da live produzida pela CNTE.
- Live da CNTE às 19h

## **Dia 26/4/22 (terça-feira)**

**Tema:** Piso e Carreira decentes para os profissionais da educação

### **Sugestões de atividades:**

- Promover o debate entre os profissionais da educação com produção de vídeos de até um minuto sobre o tema.
- Live da CNTE às 19h

## **Dia 27/4/22 (quarta-feira)**

**Tema:** O Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação Pública, Gratuita e de Qualidade

### **Sugestões de atividades:**

- Aulão nas praças públicas com faixas, panfletagem acerca do tema, lives, debates com a comunidade escolar (pais/mães, estudantes, profissionais da educação). Encaminhar vídeos e fotos para a CNTE das ações desenvolvidas.
- Live da CNTE às 19h

## **Dia 28/4/22 (quinta-feira)**

### **Dia Nacional de Mobilização em defesa da educação e dos/as trabalhadores/as**

**Tema:** Um Projeto de Educação que garanta uma Nação Soberana

### **Sugestões de atividades:**

- Promover debates por meio de rodas de conversa acerca do tema, com foco na Democracia e na Formação cidadã, atos públicos e/ou mobilizações concomitantes em todos os estados e municípios do país com faixas, panfletagens nas praças, ruas, feiras. Em defesa da Soberania do Povo Brasileiro!
- Live da CNTE às 19h

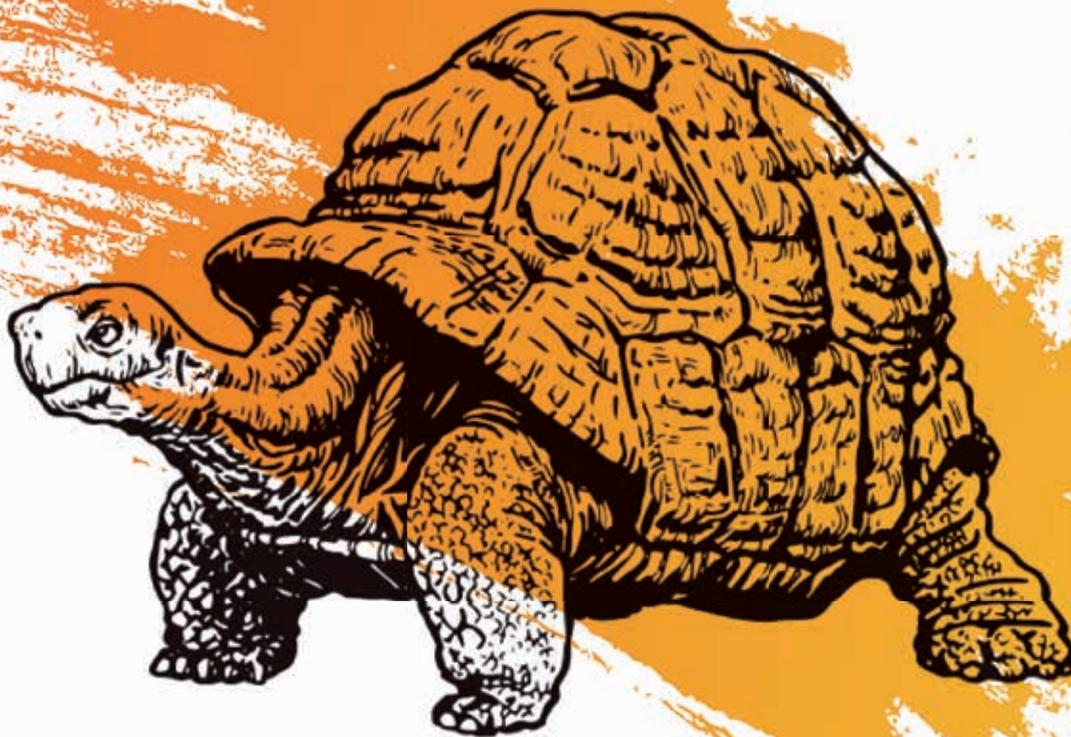
## **Dia 29/4/22 (sexta-feira)**

**Tema:** Paulo Freire Vive em cada Educador Brasileiro que Luta por Educação de Qualidade, no chão da Escola Pública.

### **Sugestões de atividades:**

- Promover momento cultural por meio de saraus, roda de viola, roda de capoeira, cirandas, roda de samba, teatro, nas escolas e praças públicas, dialogando com a comunidade acerca dos temas relacionados ao direito à educação.
- Live da CNTE às 19h

**As lives serão transmitidas pelo canal da CNTE:**  **/cntebrasil**



## **XAPURI** **CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA**

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

*VENI COM A GENTE!*

**REVISTA  
IMPRESSA**

**ANUAL**

R\$ **360**<sup>,00</sup>  
12 EDIÇÕES

**BIANUAL**

R\$ **390**<sup>,00</sup>  
24 EDIÇÕES

**ASSINE JÁ!**

[WWW.XAPURI.INFO/ASSINE](http://WWW.XAPURI.INFO/ASSINE)

